



RIO CORRENTE E RIACHOS DO RAMALHO, SERRA DOURADA E BREJO VELHO

**REGIÕES DE PLANEJAMENTO
E GESTÃO DAS ÁGUAS**

Presidente da República
Michel Temer

Ministério do Meio Ambiente
José Sarney Filho

Secretaria Executiva
Secretario
Marcelo Cruz

Secretaria de Mudança do Clima e Florestas
Secretário
Everton Frask Lucero

Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento
Diretor
Jair Schmitt

Governador do Estado da Bahia
Rui Costa

Vice-Governador
João Leão

Secretaria do Meio Ambiente
José Geraldo dos Reis Santos

Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais
Luiz Antônio Ferraro Júnior

Diretoria de Políticas De Biodiversidade E Florestas
Murilo Figueredo Campos de Jesus

Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental
Aderbal de Castro Meira Filho

Diretoria de Educação Ambiental para a Sustentabilidade
Zanna Maria Rodrigues de Matos

Elaboradores
Igor Perez Cunha
Jamile Patrícia Barbosa Trindade
Silvana Neuza Pereira Canário

Supervisão Técnica do Projeto
Luiz Antonio Ferraro Junior

Revisão Técnica do Projeto
Amélia dos Santos Cerqueira

Elaboração Cartográfica
Pedro Luiz dos Santos Gomes
Thiago Souza de Alencar Gondim

Design
Marcia Maria Meneses

Secretaria do Meio Ambiente
Instituto do Meio Ambiente e Recurso Hídricos

**RIO CORRENTE E RIACHOS DO RAMALHO,
SERRA DOURADA E BREJO VELHO**
REGIÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS ÁGUAS

Salvador - BA
Copiadora R2 LTDA
2017



Apresentação

É com satisfação que apresentamos o presente documento aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) e demais sujeitos dedicados à questão das águas.

Este material tem como finalidade contribuir com o planejamento e a gestão participativa dos recursos hídricos. A gestão visa garantir os usos múltiplos dos recursos hídricos, a justiça distributiva, a segurança hídrica e o desenvolvimento econômico. Para tanto, temos buscado avançar com todos os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 11.612/09), permitindo assim que os comitês possam atuar efetivamente, a partir do momento que passam a deter os meios necessários para tomadas de decisão.

O Estado possuía apenas planos técnicos preliminares desenvolvidos entre 1993 e 1997. Atualmente temos planos, cadastros e enquadramentos em elaboração ou em vias de contratação. Temos 13 comitês de bacia em funcionamento, tendo, 12 deles, sido renovados em 2016. Quanto ao monitoramento, desde 2011 passou-se a contar com um contrato de laboratório para o monitoramento, para analisar e produzir dados de qualidade de água, numa parceria com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento - CEPED que viabilizou o Programa Monitora. A rede de pontos de monitoramento de águas mais que dobrou desde 2010, chegando a mais 754 pontos de monitoramento em 2016. O monitoramento de balneabilidade de praias quase quadruplicou, inclusive com o monitoramento em localidades do interior do Estado, como Ilhéus e Porto Seguro. A área de meteorologia, fortalecida com concurso de meteorologista, produz o mapa da seca em parceria com órgãos de Pernambuco e Ceará e publica boletins diários à sociedade.

Este Atlas é uma compilação de mapas, dados e textos informativos sobre as Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGAs do Estado da Bahia dos seguintes temas:

- **Hidrografia:** Apresenta os principais cursos dos rios e seus afluentes, além de delimitações das sub-bacias nível 02 e sub-bacias nível 06;
- **Balanço Hídrico:** Ajuda a compreender a vazão, o tipo de abastecimento e distribuição da água, além de indicadores de demandas e disponibilidade;
- **Solos:** Apresenta os principais tipos de solos encontrados na RPGA e suas características;
- **Vulnerabilidade:** Reúne mapas e aspectos sobre a vulnerabilidade do solo à erosão e dos Recursos hídricos superficiais e subterrâneos, considerando os fatores de influência, as justificativas e classificação. Também apresenta dados sobre a vulnerabilidade social e ambiental, como são determinadas e suas classificações e indicadores;
- **Vegetação/ Fitofisionomia:** Reúne as características da vegetação e as classes fitofisionômicas identificadas na RPGA, com algumas fotos ilustrativas;
- **Índice de Fragmentação:** Permite compreender o quanto essa RPGA encontra-se fragmentada, como decorrência de supressões vegetais;
- **Infraestrutura Hídrica:** Apresenta, apenas, informações sobre barragens e poços, além de pivôs. No futuro, também reuniremos dados de dutos e estações de tratamento;
- **Unidades Geoambientais:** Contem informações sobre constituição e composição das paisagens com homogeneidade biofísica;

- **Zonas Econômico-Ecológicas (ZEE):** Apresenta informações sobre o instrumento ZEE, sua finalidade e constituição, as zonas existentes na RPGA e suas características;
- **Áreas Protegidas e Prioritárias para Conservação:** Traz as áreas protegidas e prioritárias para conservação e uso sustentável dentro da RPGA e os parâmetros que justificam sua priorização;
- **Unidades de Conservação:** Neste tópico, é possível identificar as unidades de conservação inseridas na RPGA e suas categorias;
- **Povos e Comunidades Tradicionais:** Apresenta os grupos tradicionais identificados na RPGA até o momento;
- **Relevância Ambiental:** identifica as áreas de relevância ambiental dentro da RPGA, e sua distribuição em classes.

É importante destacar que muitas destas informações têm escalas e precisão menores do que aquelas que serão produzidas nos Planos de Bacia. Assim, elas deverão ser substituídas conforme os planos forem concluídos. Enquanto isso, elas são o melhor quadro possível da realidade e contém o básico para subsidiar reflexões dos gestores e membros dos comitês. O material é resultado de um esforço contínuo da Secretaria do Meio Ambiente em democratizar o acesso às informações socioambientais para promover espaços de discussão cada vez mais qualificados e, assim, aperfeiçoar a gestão ambiental do Estado da Bahia.

Para complementar o conhecimento adquirido através da utilização deste material, sugerimos o uso concomitante do Álbum Seriado de Educação Ambiental "Água e Cidadania", elaborado pela SEMA, com intuito de fortalecer e dinamizar as atividades educativas voltadas para conservação ambiental, que se contrapõem às ameaças à gestão dos recursos hídricos.

Sumário

- 06** Regiões de Planejamento e Gestão das Águas – RPGAS
- 07** RPGA do Rio Grande
- 08** Hidrografia
- 10** Balanço Hídrico
- 14** Infraestrutura Hídrica
- 16** Vulnerabilidade dos Recursos Hídricos Superficiais
- 18** Vulnerabilidade e Risco Natural dos Recursos Hídricos Subterrâneos
- 20** Solos
- 22** Vulnerabilidade do Solo à Erosão
- 24** Vegetação e Áreas Antropizadas
- 26** Índice de Fragmentação
- 28** Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE
- 30** Unidades Geoambientais
- 32** Povos e Comunidades Tradicionais e Assentamentos de Reforma Agrária
- 34** Vulnerabilidade Social
- 36** Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade
- 40** Unidade de Conservação e Áreas com Atributos Ambientais Protegidos
- 42** Vulnerabilidade Ambiental
- 44** Relevância Ambiental
- 46** Referências

Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - RPGAS

O Estado da Bahia possui uma rede hidrográfica de grande extensão e complexidade. Assim, é necessária a adoção de normas e procedimentos que garantam segurança e efetividade para gestão, com a participação popular no processo da gestão das águas de domínio estadual, para a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 11.612/09).

A gestão estadual dos recursos hídricos teve como proposta inicial a divisão do território em 13 regiões, denominadas de bacias hidrográficas, e posteriormente, a partir da regulamentação da Lei Estadual nº 6.855/95, a Bahia foi dividida em 10 Regiões Administrativas de Água (RAA). Após a aprovação da Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH) nº 01/05, a regionalização para fins de gestão de recursos hídricos foi redefinida. A partir de então, a gestão dos recursos hídricos estadual passou a ser executada com base em 17 (dezessete) unidades de gestão, denominadas de Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGAs).

As regiões de Planejamento e Gestão das Águas têm a finalidade de orientar o planejamento e o gerenciamento dos recursos hídricos e sua descrição, segundo a Resolução do CONERH, “baseia-se nos principais corpos d’água encontrados em seus territórios”. Cada RPGA representa uma porção do território compreendida por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas com características naturais sociais e econômicas homogêneas.

Com a publicação da Resolução nº 43/09 do CONERH e com base na Lei Estadual nº 10.432/06 e na Lei Federal nº 9.433/97, foi proposta uma nova divisão hidrográfica, aumentando-se de 17 para 25 RPGAs da Bahia: I- Riacho Doce; II -Rio Mucuri; III-Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu; IV- Rios dos Frades, Buranhém e Santo Antônio; V- Rio Jequitinhonha; VI- Rio Pardo; VII- Leste; VIII- Rio das Contas; IX- Recôncavo Sul; X- Rio Paraguaçu; XI- Recôncavo Norte e Inhambupe; XII- Rio Itapicuru; XIII- Rio Real; XIV- Rio Vaza-Barris; XV- Riacho do Tará; XVI- Rios Macururé e Curaçá; XVII- Rio Salitre; XVIII-Rios Verde e Jacaré; XIX- Lago de Sobradinho; XX- Rios Paramirim e Santo Onofre; XXI- Rio Grande; XXII- Rio Carnaíba de Dentro; XXIII- Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho; XXIV- Rio Carinhanha; e XXV- Rio Verde Grande.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho - CBHC, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, tem sua criação estabelecida no Decreto Estadual nº 11.244, de 17 de outubro de 2008, na Região de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) XVII, e com proposta de instituição aprovada nos termos da Minuta de Resolução nº 40 de 08 de outubro de 2008.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho

A RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho estende-se por uma área de 34.875 km², ocupando aproximadamente 8,39% do território da Bahia, sob o domínio dos Aquíferos Urucuia, São Francisco e Coberturas superficiais. Apresenta os seguintes limites geográficos: ao Norte, com a RPGA da Bacia do Rio Grande; ao Sul, com a Bacia do Rio Carinhonha; a Leste, com a RPGA da Bacia da Calha do Médio São Francisco na Bahia e a Oeste, com o Estado de Goiás.

Seus principais rios são: Rio Corrente, Correntina, Formoso, do Meio, Arrojado, Guará, Mutum, dos Morinhos, das Éguas, Santo Antônio, Arrojadinho, Pratudão, Pratudinho, dos Angicos, das Cauans; os Riachos do Mato, Galho Grande, Baixão das Cordas, do Vau, da Onça, dos Três Galhos, Santana; os Córregos do Ribeirão, Barreiro; Veredãozinho, Veredão ou Ponta D'Água e Vereda do Bonito.

A região abriga uma população de aproximadamente 197.000 habitantes, abrangendo 13 municípios baianos, dentre os quais:

- **04 municípios integram totalmente esta RPGA:** Jaborandi, S. Maria da Vitória, Correntina e Canápolis.
- **03 Municípios têm mais de 60% do seu território dentro desta RPGA:** Santana e Coribe, S. Félix do Coribe
- **06 municípios têm menos de 40% do seu território nesta RPGA:** Baianópolis, Serra do Ramalho, Cocos, São Desidério, Sítio do Mato e Bom Jesus da Lapa,

O clima varia do tipo Úmido (com chuvas anuais superiores a 1600 mm), no extremo oeste da região, ao clima Semi-Árido (chuvas anuais inferiores a 900 mm), junto à calha do rio São Francisco; ocorrendo no seu trecho médio os tipos Úmido a Subúmido e Subúmido a Seco, com predominância do primeiro (50% da área).

Bacia Hidrográfica

Para compreender o funcionamento básico e as características hidrográficas de determinada região é fundamental conhecer os compartimentos estruturais que constituem a sua bacia hidrográfica e os fatores que influenciam na delimitação geográfica de tais compartimentos.

A bacia hidrográfica pode ser definida como o conjunto de terras drenadas por um rio principal, seus afluentes e subafluentes. Esse conjunto de terras é responsável pela captação natural e drenagem de águas pluviais (rios, riachos, córregos) através dos cursos hídricos distribuídos na região.

Conheça os principais elementos de uma bacia hidrográfica na figura 01 ao lado.

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97), a bacia hidrográfica é a unidade territorial para sua implementação e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Ainda de acordo com a mesma lei, a área de atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica é na totalidade de uma bacia, sub-bacia, grupo de bacias ou grupo de sub-bacias contíguas.

Os órgãos gestores de recursos hídricos do Brasil adotaram a metodologia de divisão das bacias hidrográficas proposta por Otto Pfafstatter (1989), chamada codificação de Ottobacias. Trata-se de um método em que uma bacia é subdividida em níveis hierárquicos, de 0 a 6, com base na topografia do terreno. Quanto maior o nível, maior o número de divisões da bacia, de forma que o nível 6 representa a menor subdivisão. Assim, um conjunto de ottobacias nível 6 constitui uma Ottobacia nível 5 e assim sucessivamente, até o nível 0.

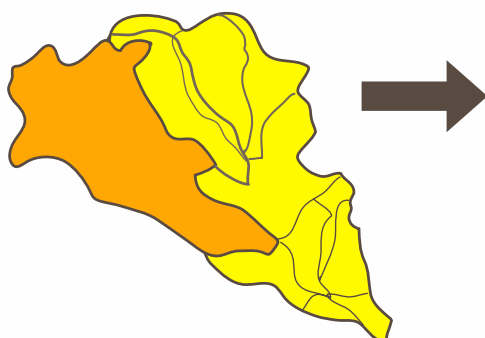
Geralmente, as ottobacias nível 4 e 5 são consideradas sub-bacias e as ottobacias nível 6 são consideradas microbacias, sendo as unidades do ecossistema onde podem ser observadas as delicadas relações de interdependência entre os fatores abióticos e bióticos, sendo que perturbações podem comprometer a dinâmica de seu funcionamento.

A RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho possui 737 microbacias que quando agrupadas formam 5 sub-bacias.

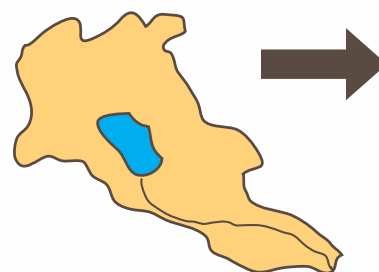


Figura 01. Principais elementos de uma bacia hidrográfica

OTTOBACIA NÍVEL 04



OTTOBACIA NÍVEL 05



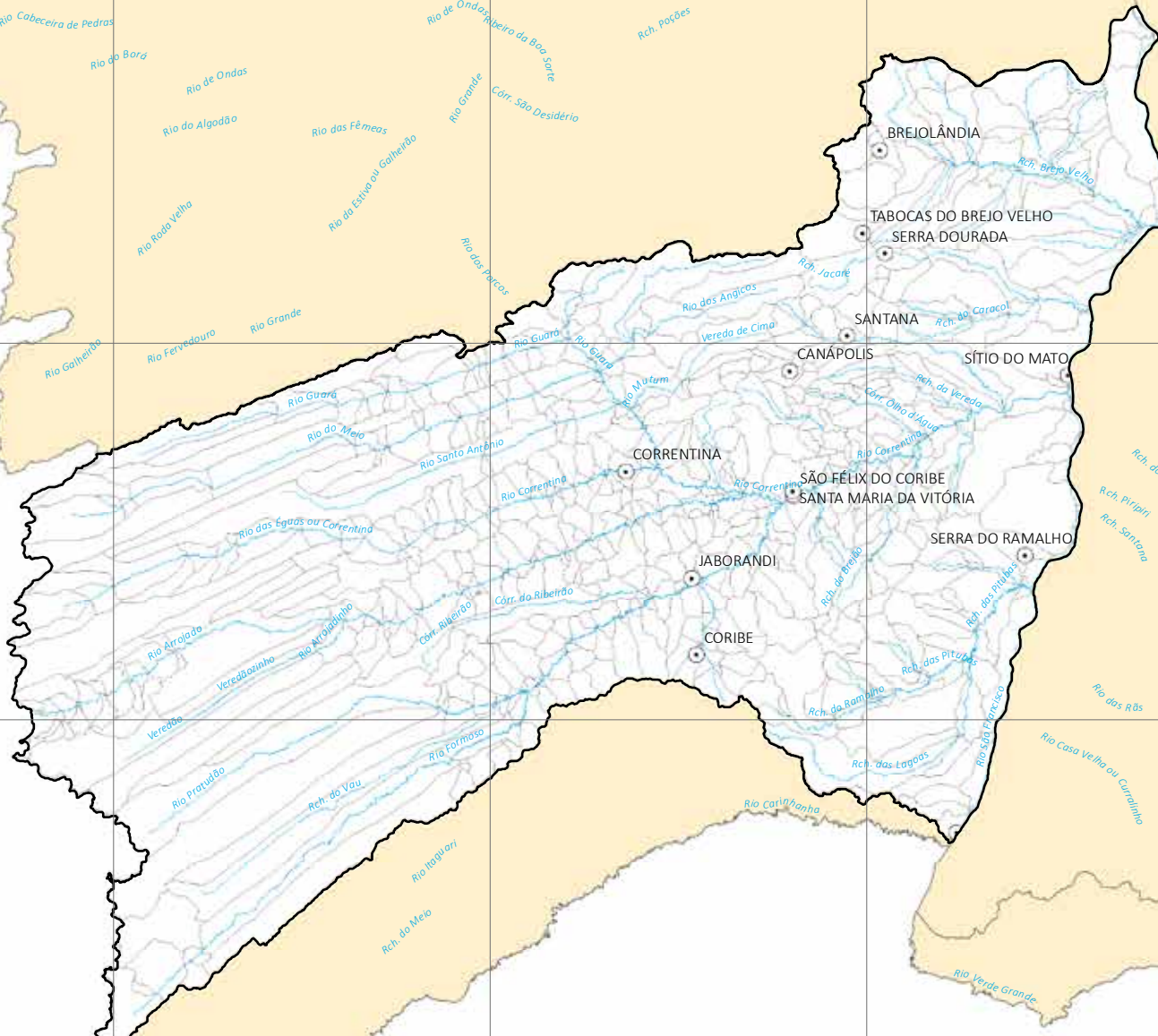
OTTOBACIA NÍVEL 06



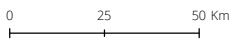
Figura. 02 - Exemplo de subdivisão em ottobacias.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho

Hidrografia

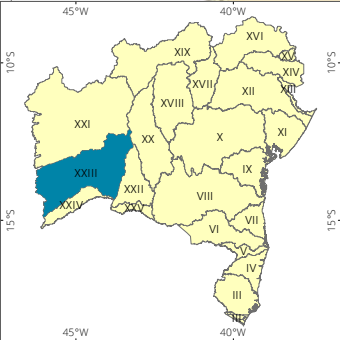


- Convenções Cartográficas
- Sedes Municipais
 - Hidrografia (1:1.000.000)
 - Microbacias (Ottobacias nível 6)
 - Limites das RPGAs



SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000

Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos (2004); INEMA (2012); SEI (2015)



Balanço Hídrico

Trata-se do balanço entre a entrada e saída de água de uma bacia hidrográfica, levando em consideração a precipitação, capacidade de armazenamento e estado do solo, geologia subterrânea e evapotranspiração (perda de água do solo por evaporação e perda de água da planta por transpiração). A principal entrada de água de uma bacia é a precipitação e a saída pode ocorrer por evapotranspiração e por escoamento superficial ou subterrâneo.

O balanço hídrico pode ser alterado por diversos fatores, assim como pelas atividades antrópicas. Por exemplo, à medida que ocorre supressão de vegetação, conseqüentemente há uma redução na evapotranspiração e aumento no fluxo de água que ocorre na superfície do solo. Conhecer o balanço hídrico de uma bacia hidrográfica é fundamental para a gestão dos recursos hídricos, já que permite confrontar as disponibilidades superficiais e subterrâneas com as demandas, identificar os principais conflitos hídricos nas bacias hidrográficas e contribuir na definição da regionalização da gestão dos recursos hídricos.

Seguem abaixo quadros apresentando as informações mais relevantes referentes ao balanço hídrico da RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

Quadro 01. Balanço hídrico da RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

Entrada	20.637.379.166 m³/ano
Saída	569.610.826 m³/ano
Saldo	20.067.768.340 m³/ano

Fonte: Balanço hídrico do Estado da Bahia, Inema, 2012.

Quadro 02. Vazões médias e vazões referência (mm/ano) na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

Vazão Média Específica	A vazão média expressa a capacidade de uma bacia em produzir escoamento superficial e serve como elemento comparativo entre bacias.	209,3 mm/ano
A vazão com frequência de 90% - Q90%	Vazão de referência adotada para a outorga de uso da água pelo Estado da Bahia, daí ser adotada como a disponibilidade de água superficial na bacia hidrográfica	149,5 mm/ano

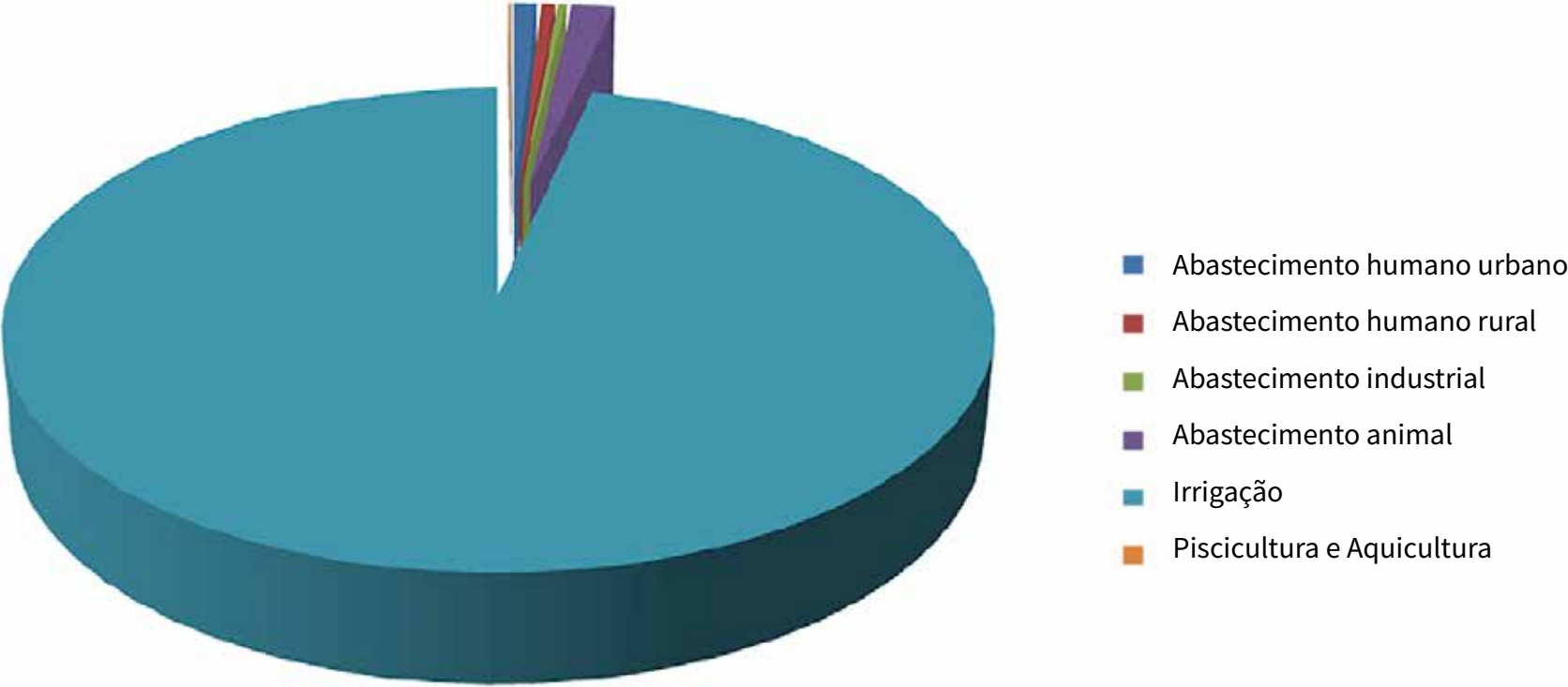
Fonte: Balanço hídrico do Estado da Bahia, Inema, 2012.

Quadro 03. Demandas de uso da água na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

Abastecimento Humano Urbano	6.525.967 m³/ano
Abastecimento Humano Rural	3.984.013 m³/ano
Abastecimento Industrial	2.188.540 m³/ano
Abastecimento Animal	12.193.918 m³/ano
Irrigação	693.883.060 m³/ano
Piscicultura e Aqüicultura	694.595 m³/ano

Fonte: Balanço hídrico do Estado da Bahia, Inema, 2012.

Gráfico 01. Distribuição percentual das demandas da RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.



Fonte: Balanço hídrico do Estado da Bahia, Inema, 2012.

Indicadores de demandas de uso da água

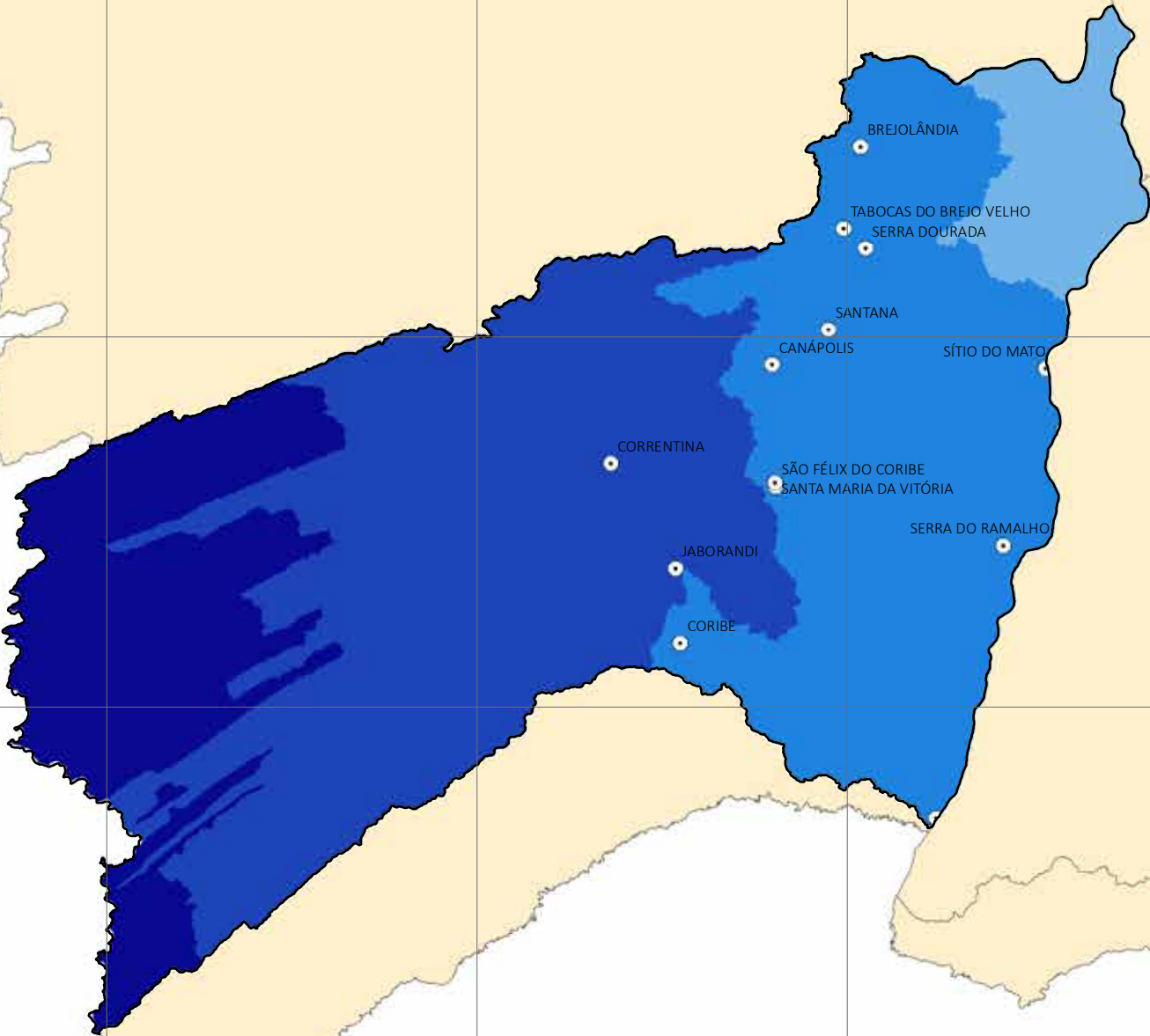
Os indicadores permitem um rápido diagnóstico de determinada região. Neste componente, estão apresentados os indicadores que informam o nível de uso da água na Unidade de Balanço e que permitem que através de um monitoramento dos mesmos, possa se acompanhar a implementação de ações em determinada bacia, que envolvam os recursos hídricos da região, e como se comporta a evolução destes indicadores no tempo. Os indicadores de demanda analisados são apresentados a seguir informando a metodologia de avaliação e os critérios de classificação adotados.

Quadro 04 - Indicadores de Disponibilidades e Demandas da RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

ÍNDICE	DESCRIÇÃO	RESULTADO
Índice de potencialidade	Relação entre a vazão média de determinada Unidade de Balanço / RPGA dividido pela respectiva população, esta relação traduz o nível de dificuldade ou não para atender a toda a população com os recursos hídricos da região. $IP = Q_{med} / \text{população}$.	53.148 m³ /hab. $IP > 1.700 \text{ m}^3 / \text{ano. habit.}$ Situação confortável
Índice de disponibilidade	Relação entre a quantidade de água disponível superficial na Unidade de Balanço / RPGA dividido pela população, esta relação traduz o nível de atendimento de toda a população com os recursos hídricos disponíveis. Diferente do anterior que representa uma potencialidade, este índice reflete o recurso que de fato pode se tornar disponível.	37.958 m³ /hab. $22.685 \text{ m}^3 / \text{ano habit.} < ID < 51.480 \text{ m}^3 / \text{ano. habit.}$ Alto
Índice de variabilidade do curso d'água	Proporção da vazão de estiagem em relação à vazão média, este índice traduz principalmente o nível de perenização natural do curso d'água, a variabilidade da vazão ao longo do tempo. Nos rios perenes que sofrem menor variação de suas vazões ao longo do ano (como na região Oeste do Estado), estes índices apresentam valores maiores, diferente dos cursos d'água da região semi-árida, que possuem uma variação de vazão bem significativa ao longo do ano, estes índices são bem menores.	71,4% $IV > 50 \%$ Muito Baixo risco de estiagens
Índice de utilização da potencialidade	Relação entre o somatório das demandas consuntivas e a vazão média do curso d'água. Indica que parcela da potencialidade de uma UB / RPGA está sendo utilizada.	5,92% Entre 5% e 10% A situação é confortável, podendo ocorrer necessidade de gerenciamento dos recursos hídricos para solução de problemas locais de abastecimento
Índice de utilização das disponibilidades	Relação entre o somatório das demandas consuntivas e a disponibilidade superficial na UB / RPGA. Indica o nível de aproveitamento dos recursos hídricos na bacia / UB.	8,28% $IUD < 56,4\%$ Muito Baixo
Índice de utilização das demandas urbanas	Relação entre a demanda de abastecimento humano urbano e a disponibilidade de água superficial na Unidade Balanço / RPGA. Indica a participação desta demanda no total da disponibilidade.	0,08% $IUU < 5,9\%$ Muito Baixo
Índice de outorga em relação à vazão média	Relação entre as vazões outorgadas e a vazão média da Unidade Balanço / RPGA. Indica o nível de comprometimento do uso de água outorgado na Bacia em relação à vazão média.	0,024% $IOM < 0,024\%$ Baixo
Índice de outorga das demandas de abastecimento urbano	Relação entre as demandas outorgadas para abastecimento urbano e a demanda de abastecimento urbano. Indica o nível de outorga na Unidade Balanço / RPGA para este uso.	0,629% $0,52\% < IOU < 1,07\%$ Médio

Fonte: Balanço hídrico do Estado da Bahia, Inema, 2012.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Balanço Hídrico

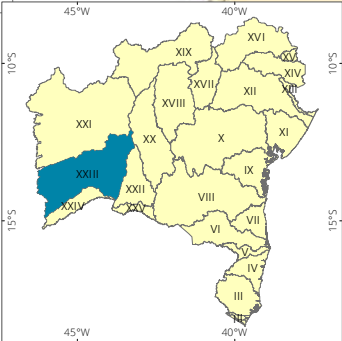
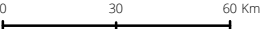


Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- ▭ Limites das Rpgas
- Balanço Hídrico
 - 1 - 25mm
 - 25 - 73mm
 - 73 - 201mm
 - 201 - 920mm

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012)

SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



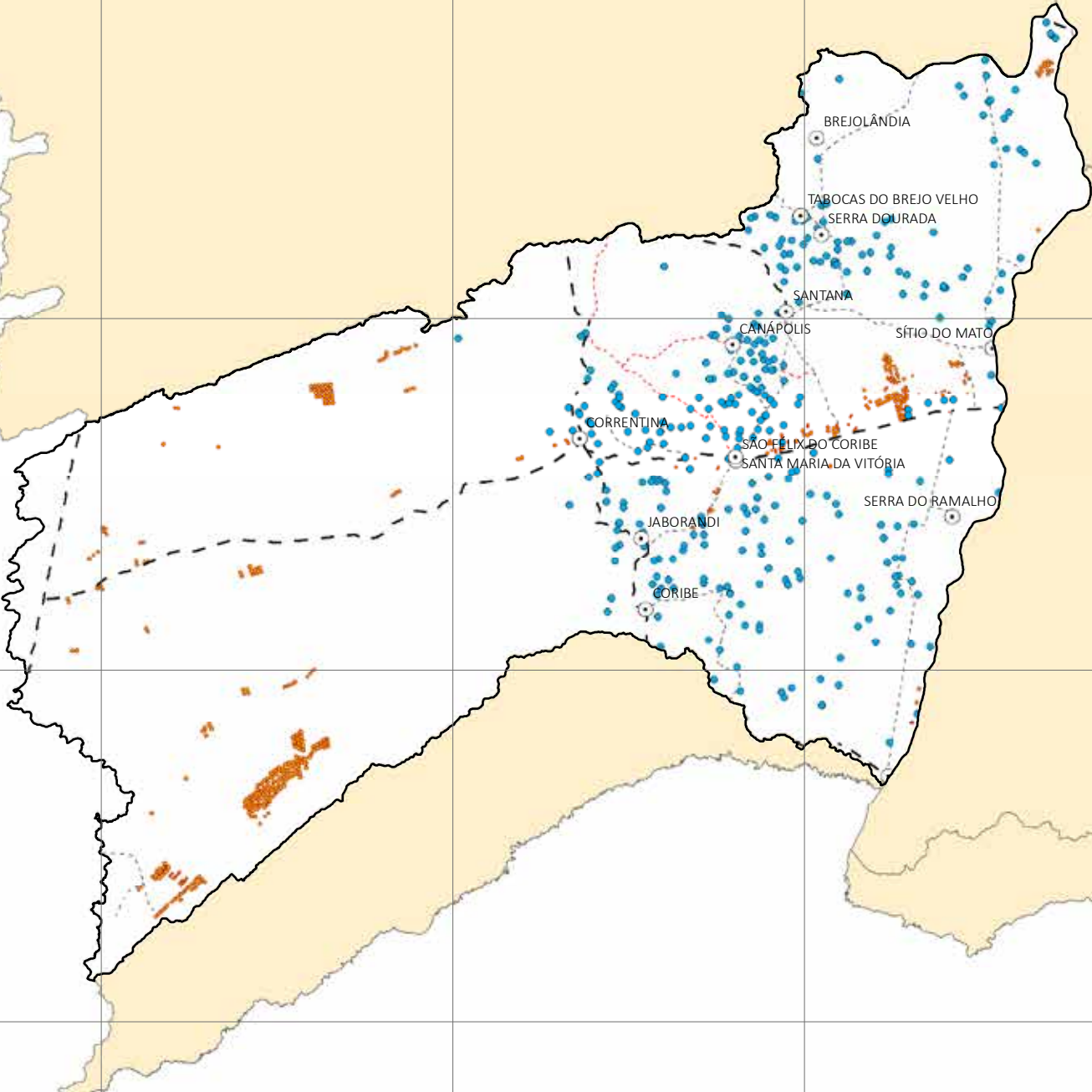
Infraestrutura Hídrica

Refere-se aos serviços, obras e intervenções que visam assegurar, primordialmente, a disponibilidade e o aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, por exemplo, para consumo humano e para produção. Dentre essas intervenções, destacam-se as barragens e poços, que têm um papel fundamental no armazenamento e captação de água.

Destacam-se os poços de perfuração ou escavação, através dos quais são captadas as águas subterrâneas. Na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho são encontrados 1005 poços cadastrados até 2015 no SIAGAS (Sistema de Informações de Águas Subterrâneas, criado pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais), que apresenta informações sobre as situações e finalidades de uso dos poços.

Os pivôs de irrigação, ainda que fundamentais para a agricultura irrigada, são associados a um grande dispêndio de água, e estão aqui representados para dar uma dimensão desse tipo de uso. Dentre os municípios com maior área ocupada por pivôs centrais desta RPGA, destacam-se Jaborandi (35,13%), seguido de Correntina (23,63%) e Serra do Ramalho (10,85%) os quais concentram 243 do total de 375 pivôs mapeados, indicativo de grande produtividade agrícola através de sistemas irrigados nesta região. Não foram encontradas barragens de grande proporção e relevância.

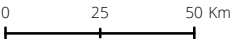
RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Infraestrutura Hídrica



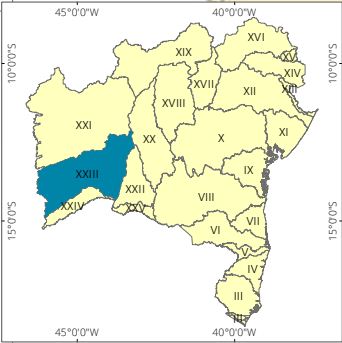
Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- Poços
- Pivos Centrais
- Rodovia Municipal
- Rodovia Estadual
- Rodovia Federal
- Limites das RPGAs

Fonte: DERBA (2008); IBGE (2010); INEMA (2012)



SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Vulnerabilidade dos Recursos Hídricos Superficiais

A vulnerabilidade dos recursos hídricos superficiais expressa a sensibilidade que os corpos hídricos, principalmente os rios e seus afluentes, possuem em relação às atividades humanas desenvolvidas na região.

Os fatores que influenciam este tipo de vulnerabilidade dos recursos hídricos superficiais em uma determinada bacia hidrográfica estão diretamente associados à disponibilidade hídrica, ao risco de salinização provocado por características naturais do ambiente, ao risco de seca e à fragilidade à manutenção do fluxo natural de águas no lençol freático, fundamental para a produção de água na bacia durante a estiagem.

A classificação da vulnerabilidade nas RPGAs permite ponderar não somente a segurança de atendimento da demanda hídrica, mas também para orientar quanto aos usos e manejo dos recursos hídricos superficiais considerando suas características e fragilidades. Consiste em uma importante informação para gestão, planejamento e tomadas de decisão que visem à conservação.

Conforme os fatores citados acima, a RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho foi classificada da seguinte forma:

Quadro 06. Classes de Vulnerabilidade dos recursos hídricos superficiais registradas na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

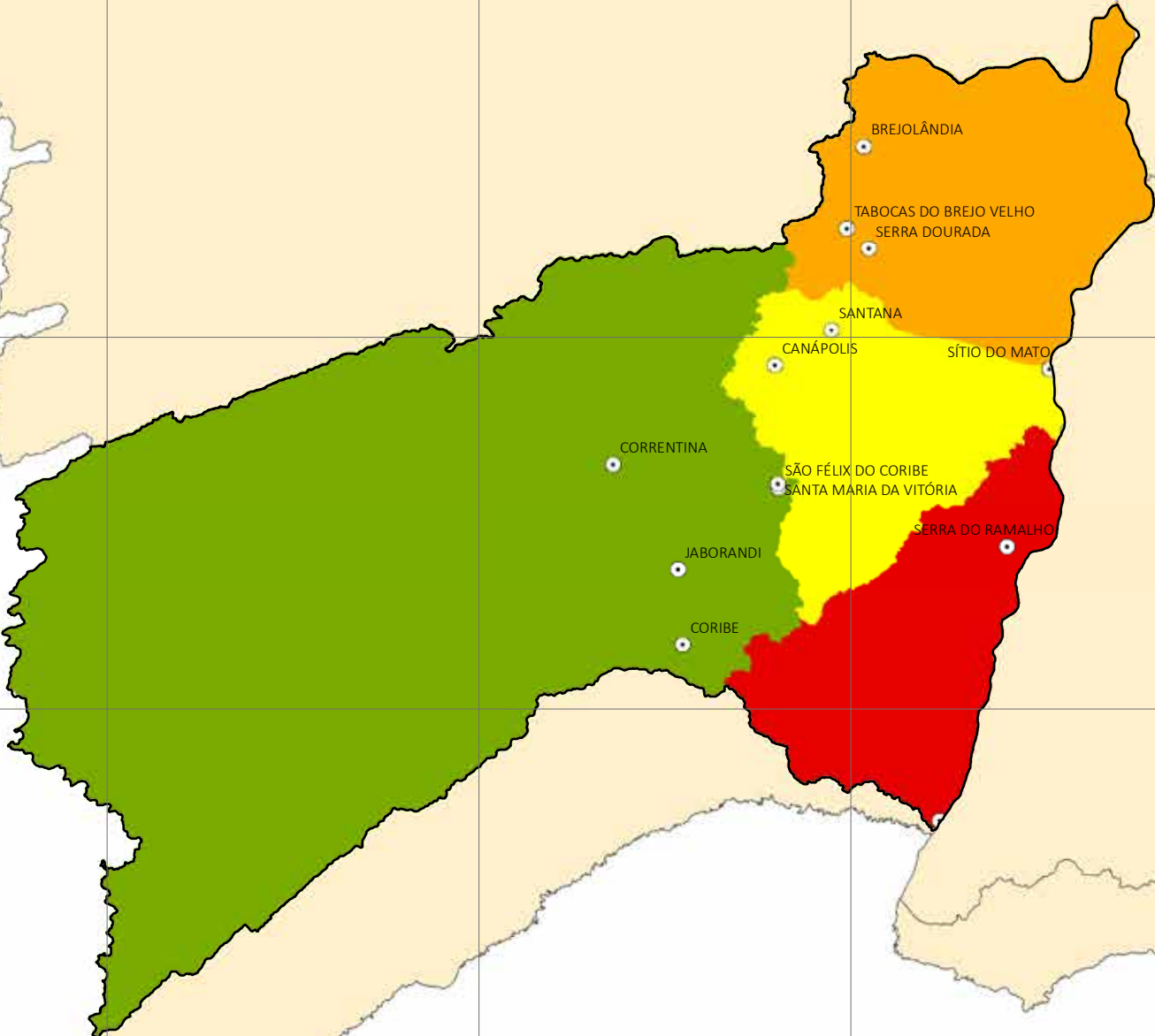
CLASSE	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Muito Alta	521.069,4700	11,03%
Alta	712.763,7800	15,08%
Moderada	523.328,0400	11,07%
Baixa	0,00	0,00%
Muito Baixa	2.968.186,9300	62,81%

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) BA - SEMA, 2014.

A RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho teve a maior parte de sua área (62,81%) classificada com Vulnerabilidade de recursos hídricos superficiais Muito Baixa. Outra parcela significativa (15,08%) com Vulnerabilidade Alta.

A classificação é justificada pela análise dos seguintes fatores: disponibilidade hídrica, em que 03 sub-bacias foram consideradas de muito alta disponibilidade e 01 sub-bacia de muito baixa disponibilidade; risco de seca, em que 03 sub-bacias foram consideradas com risco baixo e 01 sub-bacia com risco alto; e escoamento de base, em que 03 sub-bacias foram classificadas como pouco favoráveis à produção de águas no período de seca e 01 sub-bacia foi classificada como pouco favorável. Entretanto, todas as 04 sub-bacias foram classificadas como risco nulo de salinização.

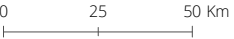
RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Vulnerabilidade dos Recursos Hídricos Superficiais



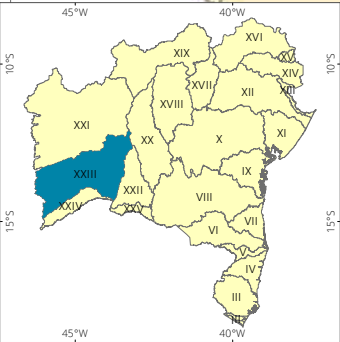
Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- ▬ Limites das RPGAs
- Classe da Vulnerabilidade
- Muito Alta
- Alta
- Moderada
- Muito Baixa

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012); SEMA (2013)



SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Vulnerabilidade e Risco Natural dos Recursos Hídricos Subterrâneos

A análise da vulnerabilidade natural associada aos recursos hídricos subterrâneos está baseada em dois aspectos de grande relevância: a estimativa de sua disponibilidade e o potencial de contaminação das reservas hídricas. A disponibilidade de recursos hídricos subterrâneos é de extrema significância ambiental não somente sob a ótica da conservação do meio, mas também no tocante à possibilidade de suprir de forma confiável e sustentável os diversos interesses sociais e econômicos. Quanto ao potencial de contaminação, diferentemente das águas superficiais, pode se dar de forma bem mais lenta, variando em função do nível de permeabilidade do meio hidrogeológico e da profundidade do aquífero. Por vezes, só é detectado muito tempo após a ação poluidora.

Regiões classificadas como de alta e muito alta vulnerabilidade devem ser vistas como regiões de extrema sensibilidade, tanto em relação à disponibilidade de água quanto ao alto risco de contaminação do lençol freático. Assim, essas regiões requerem manejo racional da água e uma escolha criteriosa para locação de empreendimentos poluidores do solo, como lagoas de tratamento, aterros sanitários, dentre outros.

Regiões classificadas entre média e muito baixa apresentam riscos menores aos aspectos associados.

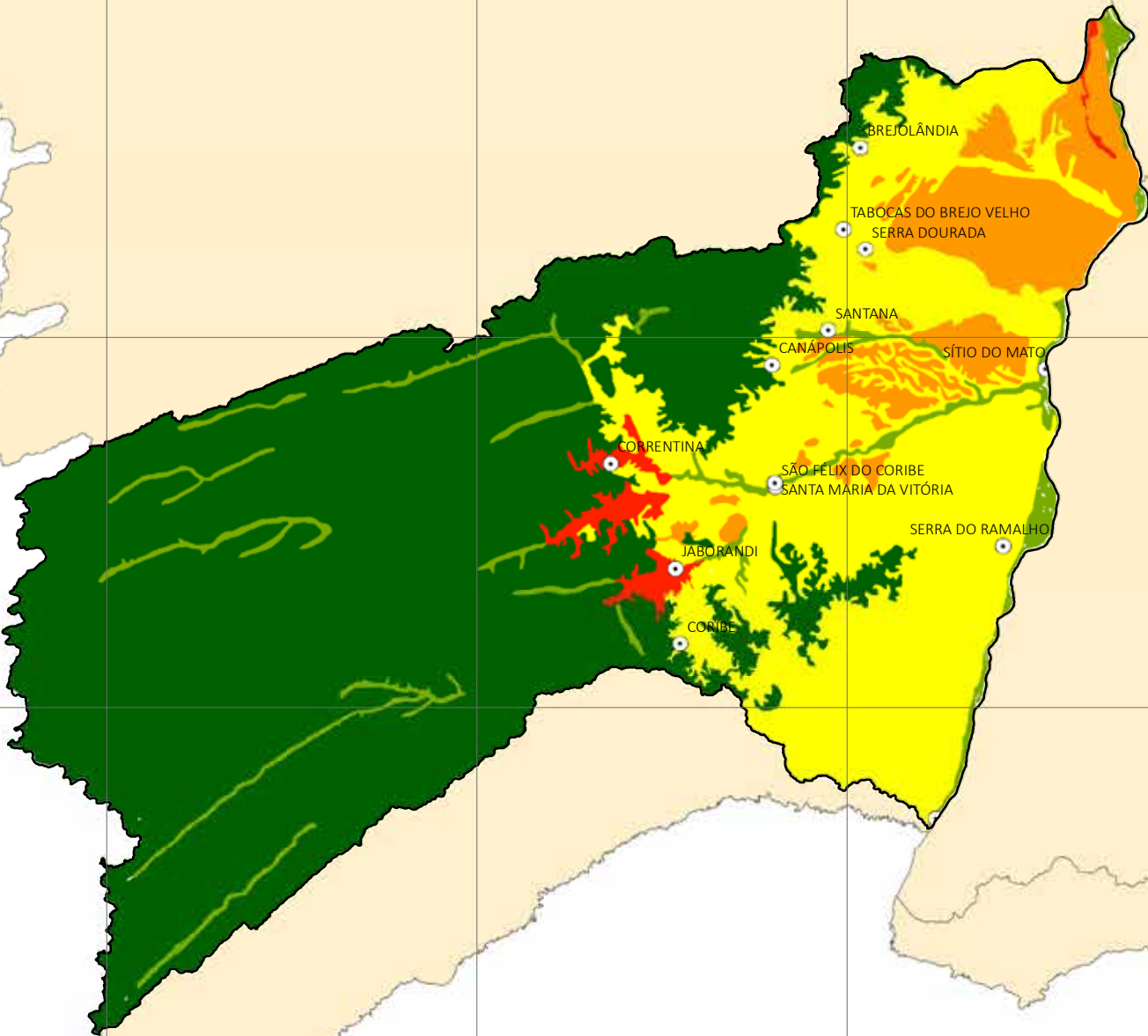
A vulnerabilidade e Risco Natural dos Recursos Hídricos Subterrâneos na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho foi classificada da seguinte forma:

Quadro 07. Classes de Vulnerabilidade e risco natural dos recursos hídricos subterrâneos, registradas na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

Classe	Área (ha)	% em relação à área da RPGA
Muito Alta	68.788,0100	1,48%
Alta	384.723,6800	8,30%
Média	1.376.935,5200	29,69%
Baixa	184.044,4700	3,97%
Muito Baixa	2.691.589,9600	58,04%

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) BA-SEMA, 2014.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Vulnerabilidade e Risco Natural dos Recursos Hídricos Subterrâneos



- Convenções Cartográficas
- Sedes Municipais
 - Limites das RPGAs
- Classificação da Vulnerabilidade
- Muito Alta
 - Alta
 - Média
 - Baixa
 - Muito Baixa

0 25 50 Km

SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012); SEMA (2015)



Solos

Entende-se por solo o material proveniente da decomposição das rochas pela ação de agentes físicos ou químicos, podendo ou não ter matéria orgânica, segundo a norma NBR-6502, ou simplesmente, o produto da decomposição e desintegração da rocha pela ação de agentes atmosféricos.

Conhecer as características básicas do solo, bem como suas qualidades e os fatores limitantes de determinada região, é fundamental, pois há uma interação direta entre o regime hídrico e as condições de uso e ocupação do solo. Por exemplo, a água em volume excessivo ou insuficiente pode causar a erosão do solo ou reduzir sua produtividade; o solo pode alterar a qualidade da água com seus sedimentos e poluentes e assim sucessivamente.

Essa interface impõe que a gestão de recursos hídricos e o manejo do solo devem ser pensados de maneira integrada, devendo-se considerar as perspectivas de crescimento demográfico, as atividades produtivas e os padrões de uso e degradação do solo e da cobertura vegetal.

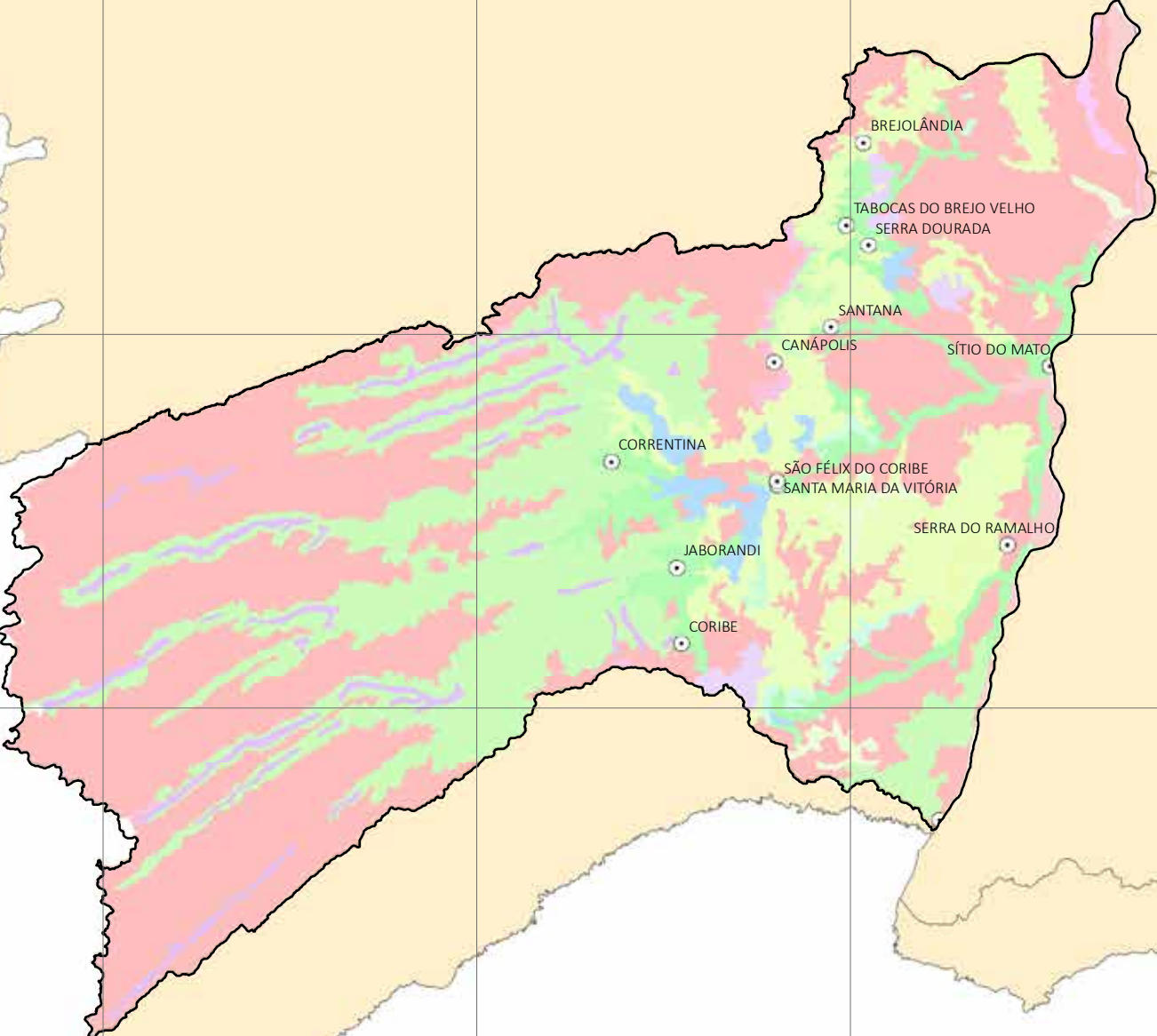
Na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho, destacam-se as seguintes classes de solo:

Quadro 08 - Principais tipos de solos da RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

CLASSES DE SOLO	DESCRIÇÃO
Latossolos	Solo bem desenvolvido, profundo e bem drenado, que apresenta boa capacidade de armazenamento de água e efluentes, e bom potencial para uso com mecanização agrícola e agricultura irrigada. Possui fertilidade natural baixa, problemas com fixação de fósforo, e é largamente utilizado como substrato para produção agrícola intensiva, pastagem, silvicultura, base para construção de rodovias e casas.
Neossolos	Solo raso e geralmente pedregoso, que apresenta muitas limitações ao uso agrícola e não agrícolas tais como: pequena profundidade efetiva e pequena capacidade de armazenamento de água, pedregosidade e rochosidade generalizada e alta suscetibilidade à erosão. É utilizado como substrato para pastagem natural e cultivos de subsistência em áreas planas, porém, em razão de suas limitações, sua indicação principal é para preservação ambiental.
Cambissolo	Rochas e sedimentos diversificados constituem seu material de origem. Este tipo de solo apresentaboa reserva de nutrientes e capacidade de armazenamento de água, sendo considerado adequado para agricultura irrigada, especialmente aqueles desenvolvidos de rochas calcárias. Suas principais limitações são: risco de inundação no ambiente de várzea, alto teor de alumínio trocável, risco de erosão, pedregosidade e rochosidade, e associação com relevo forte ondulado. Nas áreas de relevo forte ondulado ou nas margens de rios é indicado para preservação ambiental.
Argissolo	Apresenta acúmulo de argila em subsuperfície, e uma boa capacidade de armazenamento de água e efluentes, bom potencial para mecanização agrícola e agricultura irrigada, quando em relevo plano a suave ondulado. Esse solo possui, de modo geral, como fator limitante uma baixa fertilidade natural, alta suscetibilidade à erosão quando possui mudança textural abrupta. Apesar dessas características, não deixa de ser utilizado na agricultura intensiva, pastagem, silvicultura e como base para construção de estradas e casas.

Fonte: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, 2006

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Solos



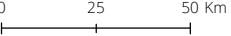
Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- Limites das RPGAs

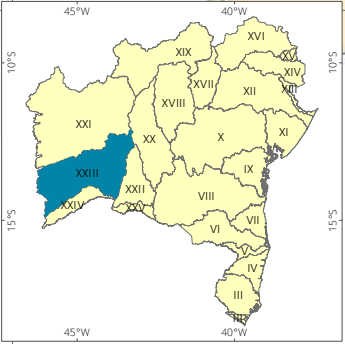
Solos

- AFLORAMENTOS ROCHOSOS - AR
- ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico - PVAe
- CAMBISSOLO HÁPLICO Ta Eutrófico - CXve
- CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico - CXbd
- GLEISSOLO HÁPLICO - GXbd
- LATOSSOLO VERMELHO Distrófico - LVd
- LATOSSOLO VERMELHO Eutrófico - LVe
- LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico - LVAd
- LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Eutrófico - LVAe
- NEOSSOLO FLÚVICO Tb Eutrófico - RUBe
- NEOSSOLO QUARTZARÊNICO - RQ
- NEOSSOLOS LITÓLICOS Distróficos - RLd
- NEOSSOLOS LITÓLICOS Eutróficos - RLe
- VERTISSOLOS - V

Fonte: CPRM (2006); IBGE (2010); INEMA (2012)



SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Vulnerabilidade do Solo à Erosão

A erosão é um processo de desagregação, transporte e deposição de partículas do solo causado pela água e/ou pelo vento, agindo em superfície e profundidade, em certos tipos de solo e sob determinadas condições físicas, podendo ser agravada pela ação humana.

A vulnerabilidade natural do solo à erosão considera as relações de interdependência existentes entre os componentes geoambientais (solo, relevo, uso e cobertura da terra e clima) que integram uma região. Estes componentes que formam os sistemas naturais funcionam harmonicamente, de modo que qualquer modificação em um deles reflete-se direta ou indiretamente nos demais, perturbando o equilíbrio do conjunto.

A vulnerabilidade à erosão representa um grau de sensibilidade do solo à ação erosiva. Assim, áreas classificadas como de baixa vulnerabilidade à erosão tendem a ser mais estáveis e áreas de muito alta vulnerabilidade à erosão tendem a ser extremamente sensíveis à ação das chuvas e/ou ventos, exigindo atenção especial quanto aos usos e ocupações.

O conhecimento da vulnerabilidade natural dos solos à erosão permite orientar ações de restrição ou prevenção necessárias quando do uso e ocupação da terra de acordo com cada classe, tendo em vista a redução da perda de solo e nutrientes.

A vulnerabilidade do solo à erosão na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho foi classificada da seguinte forma:

Quadro 09-Classes de Vulnerabilidade do solo à erosão, registradas na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

CLASSE	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Alta a Muito Alta	342.390,8000	7,81%
Alta	1.179.855,6500	26,91%
Moderada a Alta	144.185,2100	3,29%
Moderada	1.785.464,4000	40,73%
Baixa a Moderada	0,00	0,00%
Baixa	1.256.581,2100	28,66%

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) BA -SEMA, 2014.

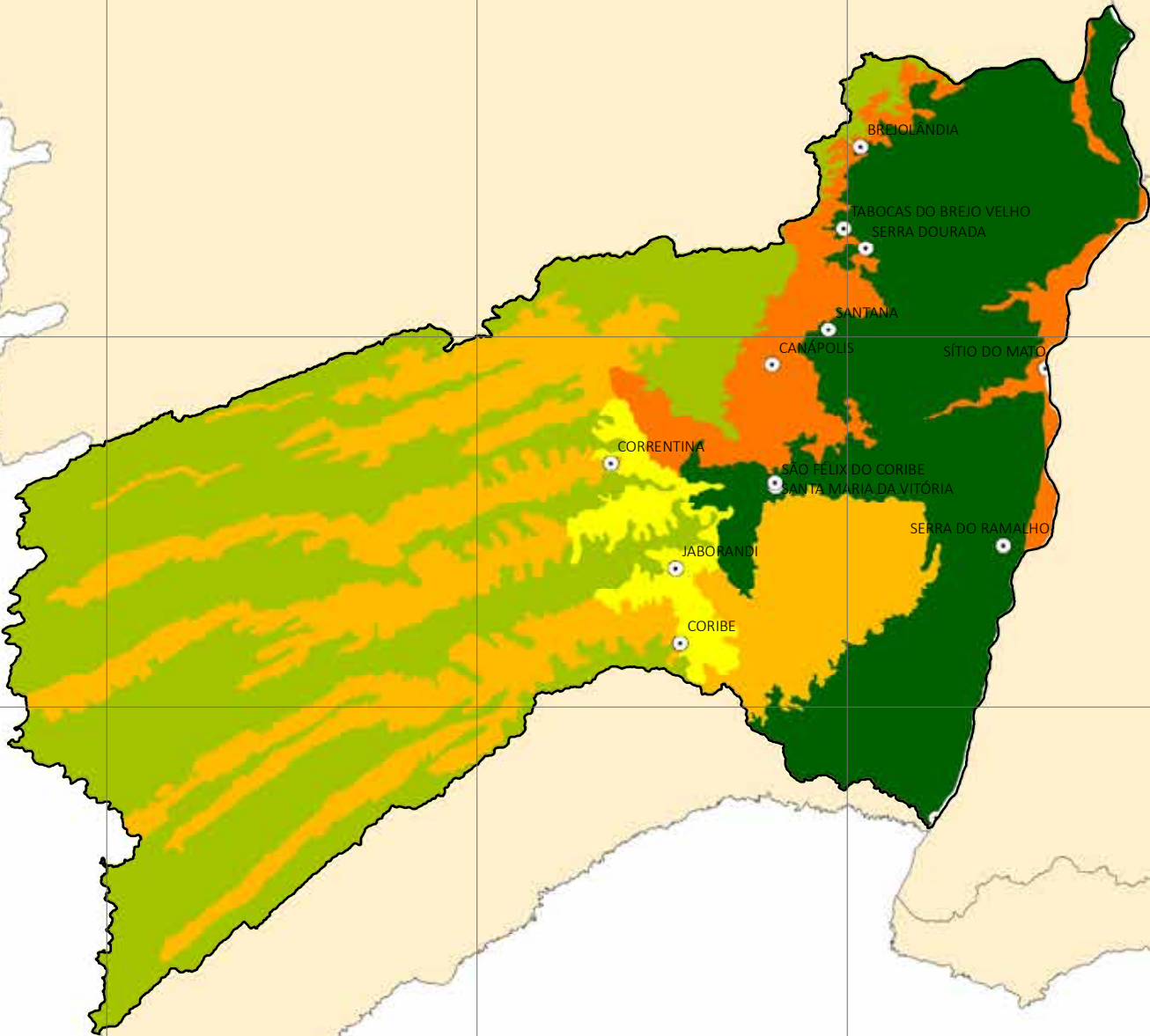
Considerando que a maior porção da RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho está classificada nas Vulnerabilidades Moderada, Baixa e Alta, segue abaixo o descritivo básico dessas classes e os fatores que justificam a classificação:

Quadro 10. Descrição das classes de vulnerabilidade à erosão com maior representatividade territorial na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

CLASSE	DESCRIÇÃO
Moderada	Os fatores de erodibilidade que mais se destacaram foram: a geologia, em razão da fragilidade das rochas sedimentares; os solos, com indicadores elevados em função das texturas arenosa e média; e os processos morfogenéticos, caracterizados pelo escoamento concentrado e erosão laminar moderada com ocorrência de sulcos. Os fatores de intensidade erosiva são ressaltados pela fraca cobertura vegetal, com predomínio de Cerrado, pastagem seca, culturas de soja e silvicultura de eucalipto, localizadas na porção sul dessa unidade.
Baixa	Os fatores de erodibilidade mais representativos de uma baixa vulnerabilidade foram: o relevo, devido às suas características plana e suave ondulada; a textura dos seus solos, identificada como argilosa, e sua característica profunda; e os processos morfogenéticos dominantes, representados apenas pelo escoamento difuso, subsuperficial de dissolução e uma erosão laminar ligeira. Os fatores de intensidade erosiva foram representados pela ocorrência de Floresta Estacional e pastagem seca; a variabilidade baixa e a distribuição das chuvas em apenas um período chuvoso foram fatores que reforçaram ainda mais a característica baixa dessa unidade.
Alta	Os fatores de erodibilidade que mais contribuíram para uma vulnerabilidade alta foram: geologia, em virtude da fragilidade das rochas sedimentares; os processos morfogenéticos, como o escoamento concentrado e a ação das enchentes, gerando erosão laminar moderada, sulcos, aumento da carga sólida do rio e modificação das margens do rio; os solos, devido às texturas arenosa e arenosa/média, e hidromorfismo. Os fatores de intensidade erosiva foram ressaltados pela fraca cobertura vegetal, com predomínio das Formações Pioneiras e das culturas diversificadas.

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) BA-SEMA, 2014.

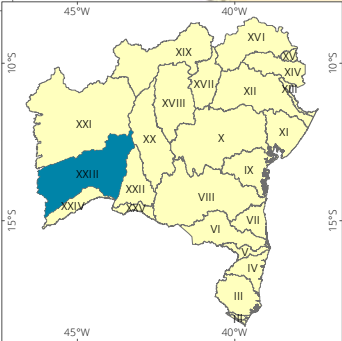
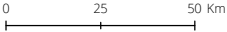
RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Vulnerabilidade à Erosão



- Convenções Cartográficas
- Sedes Municipais
 - Limites das RPGAs
 - Classe da Vulnerabilidade
 - Alta a Muito Alta
 - Alta
 - Moderada a Alta
 - Moderada
 - Baixa

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012); SEMA (2015)

SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Vegetação (Fitofisionomias) e Áreas Antropizadas

Essa informação representa características da vegetação incidente na RPGA. Está determinada pela composição e tamanho das plantas dominantes, pela distribuição da cobertura vegetal e por suas relações com as condições do ambiente, tais como temperatura, luz e umidade. Uma RPGA pode apresentar diferentes classes fisionômicas, que estão estreitamente relacionados às faixas de latitude e ao clima. A vegetação é um dos componentes mais importantes da biota, seu estado de conservação e de continuidade define a existência ou não de habitats para as espécies, a manutenção de serviços ambientais e o fornecimento de bens essenciais à sobrevivência de populações humanas.

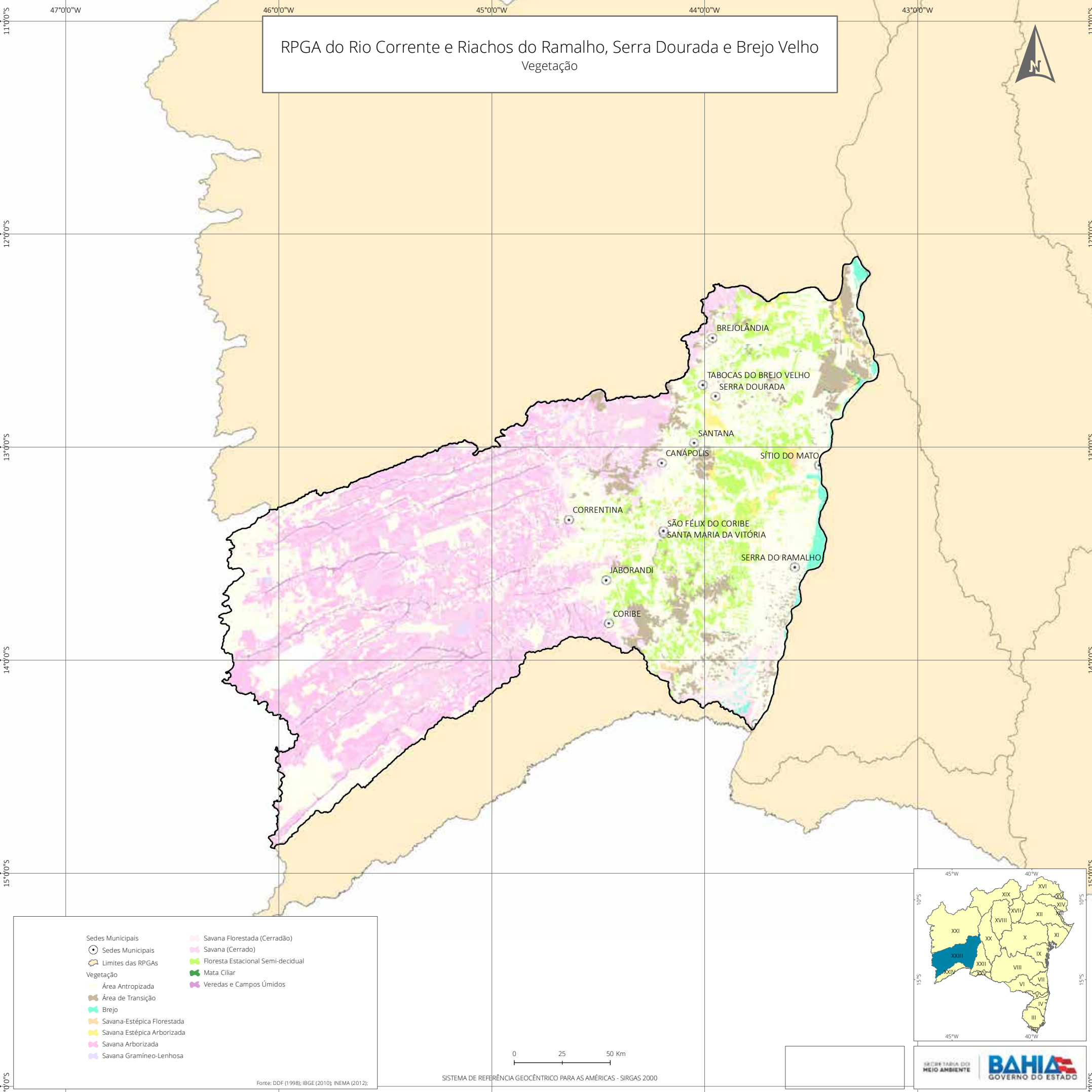
Na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho, pode-se observar 16 classes fitofisionômicas, ocorrendo predomínio de Área antropizada - Pólo agrícola irrigado por pivôs, Floresta estacional, Área de transição e Caatinga arbórea.

Quadro 11-Fitofisionomias e áreas antropizadas identificadas na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

CLASSE	DESCRIÇÃO	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Área Antropizada	Área cujas características originais (solo, vegetação, relevo, regime hídrico) foram alteradas por consequência da atividade humana.	3.889.829,22	70,82%
Floresta Estacional	Formação vegetal onde a decidualidade faz-se presente em pelo menos uma estação climática, apresentando adaptações dos seus indivíduos à deficiência hídrica, geralmente com a ocorrência de lianas, epífitas e cipós. Sua fisionomia é diversificada e seu aspecto geral é de uma mata com árvores de 25 a 30m.	447.181,77	8,14%
Área de Transição	Região entre dois ou mais tipos de vegetação, caracterizada como comunidades indiferenciadas, onde as floras se interpenetram, constituindo as transições florísticas ou entre diferenciados tipos de solos.	329.890,52	6,00%
Caatinga Arbórea	Fitofisionomia também conhecida como caatinga florestal com um estrato arbóreo não muito denso, com altura entre 7 e 15m, e presença de estrato herbáceo aberto com bromeliáceas e espécies espinhosas. Observa ainda, que a vegetação dessa unidade tem sido bastante utilizada, especialmente para agricultura, extração de madeira e produção de lenha.	188.772,11	3,44%
Caatinga Arbustiva	Este subgrupo de formação é estruturado em dois nítidos estratos: um arbustivo-arbóreo superior, esparso, geralmente de características idênticas a da caatinga arbórea; e outro, inferior gramíneo-lenhoso, também de relevante importância fitofisionômica, com solos rasos arenosos ou ricos em cascalhos sob um longo período seco (8 – 9 meses).	154.928,76	2,82%
Campo Rupestre	Vegetação arbóreo-arbustiva que ocorre em ambientes rupestres litólicos ou rochosos (áreas de afloramento de rochas). Possui cobertura arbórea variável de 5% a 20%, altura média de 2 a 4 metros, com estrato arbustivo-herbáceo também destacado. Pode ocorrer em trechos contínuos, mas geralmente aparece em mosaicos, incluído em outros tipos de vegetação.	142.529,34	2,60%
Campo Cerrado	De origem natural ou antrópica, as formações campestres são áreas com predomínio absoluto de espécies herbáceas e algumas arbustivas, faltando árvores na paisagem. Quando naturais, são delimitadas pelas áreas encharcadas das depressões. Pode também ocorrer em solos rasos, com presença de afloramentos de rochas, possuindo uma composição diferenciada de espécies, com plantas adaptadas a esse ambiente	121.603,82	2,21%
Outras fitofisionomias	Representa o somatório do conjunto de Fitofisionomias com menor expressividade territorial.	171.164,84	3,12%

Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI,1998.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Vegetação



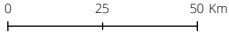
Sedes Municipais

- Sedes Municipais
- Limites das RPGAs

Vegetação

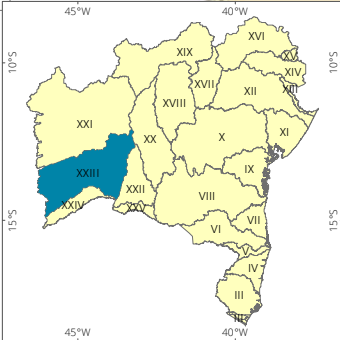
- Área Antropizada
- Área de Transição
- Brejo
- Savana-Estépica Florestada
- Savana Estépica Arborizada
- Savana Arborizada
- Savana Gramíneo-Lenhosa

- Savana Florestada (Cerradão)
- Savana (Cerrado)
- Floresta Estacional Semi-decidual
- Mata Ciliar
- Veredas e Campos Úmidos



SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000

Fonte: DDF (1998); IBGE (2010); INEMA (2012);



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Índice de Fragmentação de Habitats

A fragmentação de habitats está relacionada à divisão de ambientes, que passam a ter condições ambientais diferentes das anteriores, tanto no entorno quanto em seu interior, e pode ocorrer de forma natural ou pode ser provocada pelas atividades antrópicas, como construção de estradas, barragens, supressão de vegetação dentre outros. Suas principais consequências são a perda de biodiversidade, alteração nos regimes hídricos e redução de processos ecológicos e serviços ambientais.

O índice de fragmentação é uma informação de grande importância para a gestão ambiental, fornecendo subsídios para avaliação da qualidade ambiental de um determinado município, implicando assim na definição de áreas e estratégias para restauração, conservação e outras intervenções. Representa não apenas a quantidade de cobertura vegetal existente e sua distribuição, mas também a pressão antrópica exercida na região. O índice é calculado a nível municipal e varia de acordo com as classes “Alto”, “Médio” e “Baixo”.

Na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho, o índice de fragmentação nos municípios foi estimado de acordo com as seguintes classes:

Quadro 12 - Índice de fragmentação na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

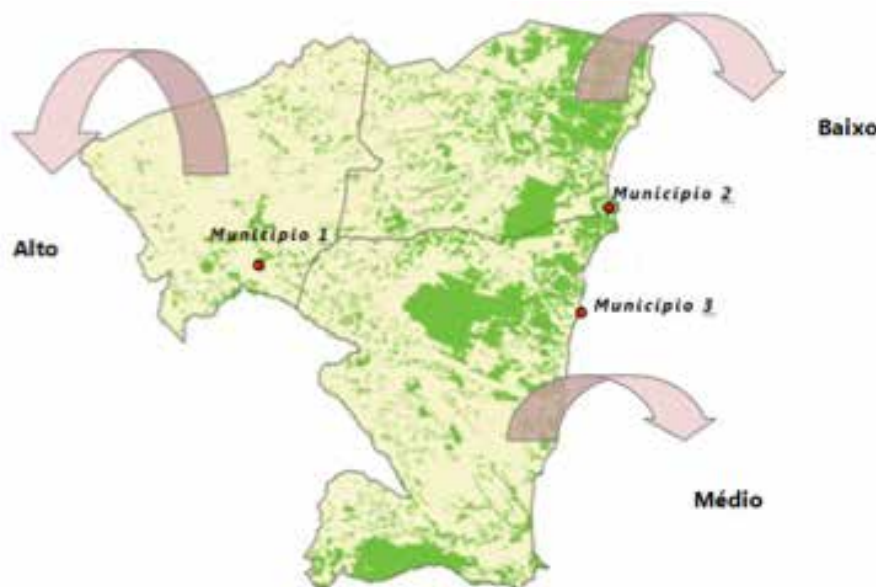
CLASSE	ÁREA (km)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Alto	359.907,4300	8,20%
Médio	2.489.455,1000	56,75%
Baixo	1.537.173,2700	35,04%

Fonte: Conservação Internacional (CI) e Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA), 2015.

Quanto mais alto o índice de fragmentação, menor é a qualidade ambiental, a resiliência do ecossistema e a provisão de serviços ambientais. Assim, maior é a possibilidade de perda de habitats e consequentemente, maior a vulnerabilidade ambiental.

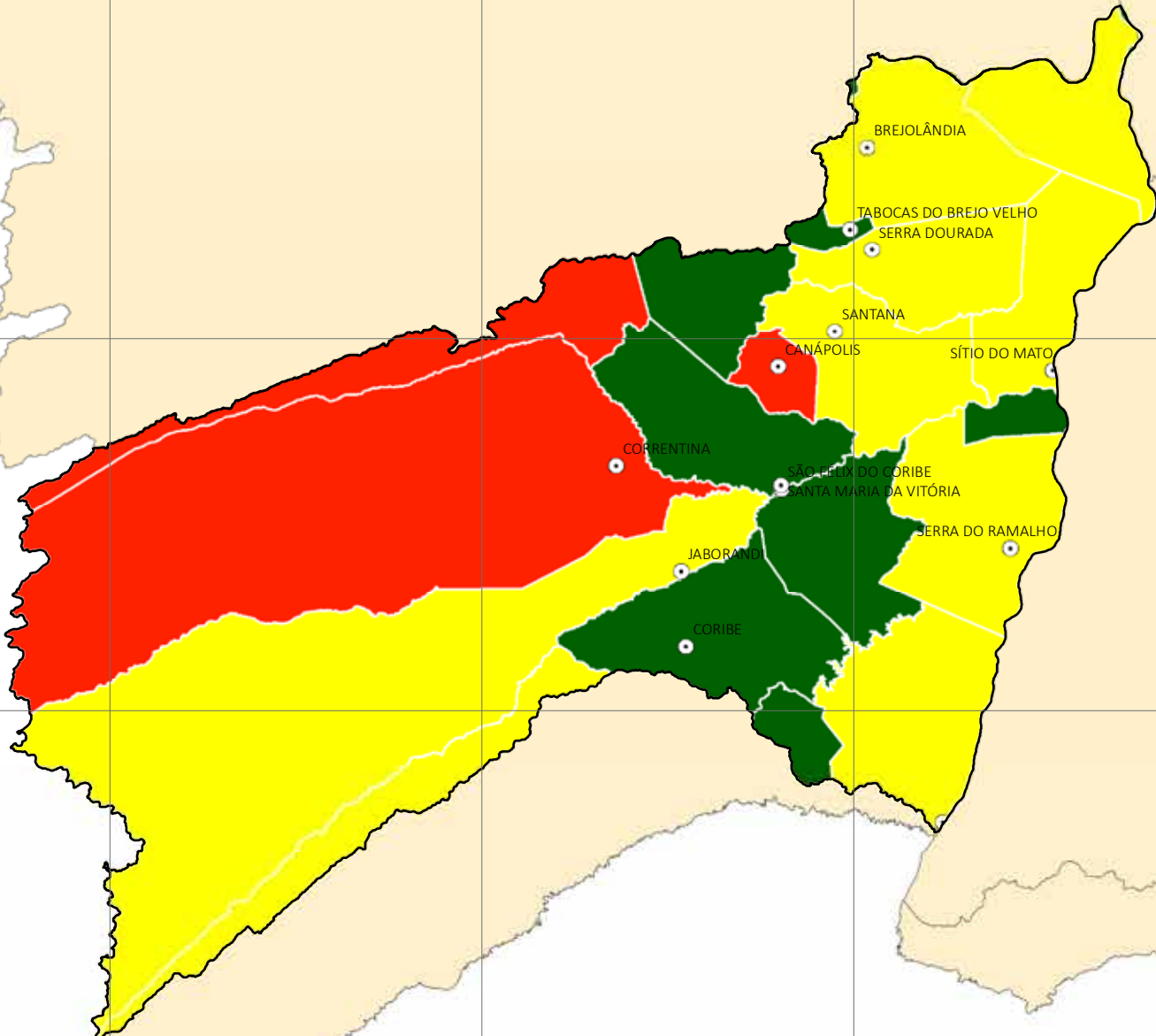
A ilustração abaixo apresenta um exemplo da variação do índice de fragmentação em três municípios baianos, em que é possível observar que quanto maior o índice de fragmentação no município, menor é a quantidade de remanescentes florestais contínuos.

Ilustração 02 - Exemplo de variação do índice de fragmentação.



Fonte: SEMA/2016

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Índice de Fragmentação



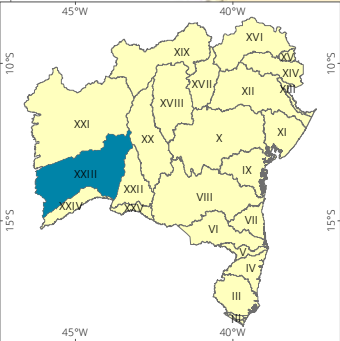
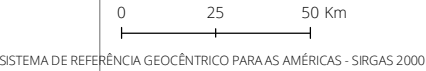
Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- ▭ Limites das RPGAs

Índice de Fragmentação

- Alta
- Média
- Baixa

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012); SEMA (2015)



Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE

É um instrumento de ordenamento territorial, previsto na Política Nacional do Meio Ambiente, que visa organizar as decisões dos agentes públicos e privados quanto aos planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas (Lei nº 6.938/81).

O ZEE-Bahia tem como finalidade a promoção da equidade social, da valorização cultural, do desenvolvimento econômico e da conservação das riquezas naturais e dos bens comuns. É constituído por 36 zonas ecológico-econômicas, definidas a partir de um detalhado diagnóstico dos recursos naturais, socioeconômicos e institucionais, sendo determinadas pela convergência de características sociais, econômicas e geoambientais.

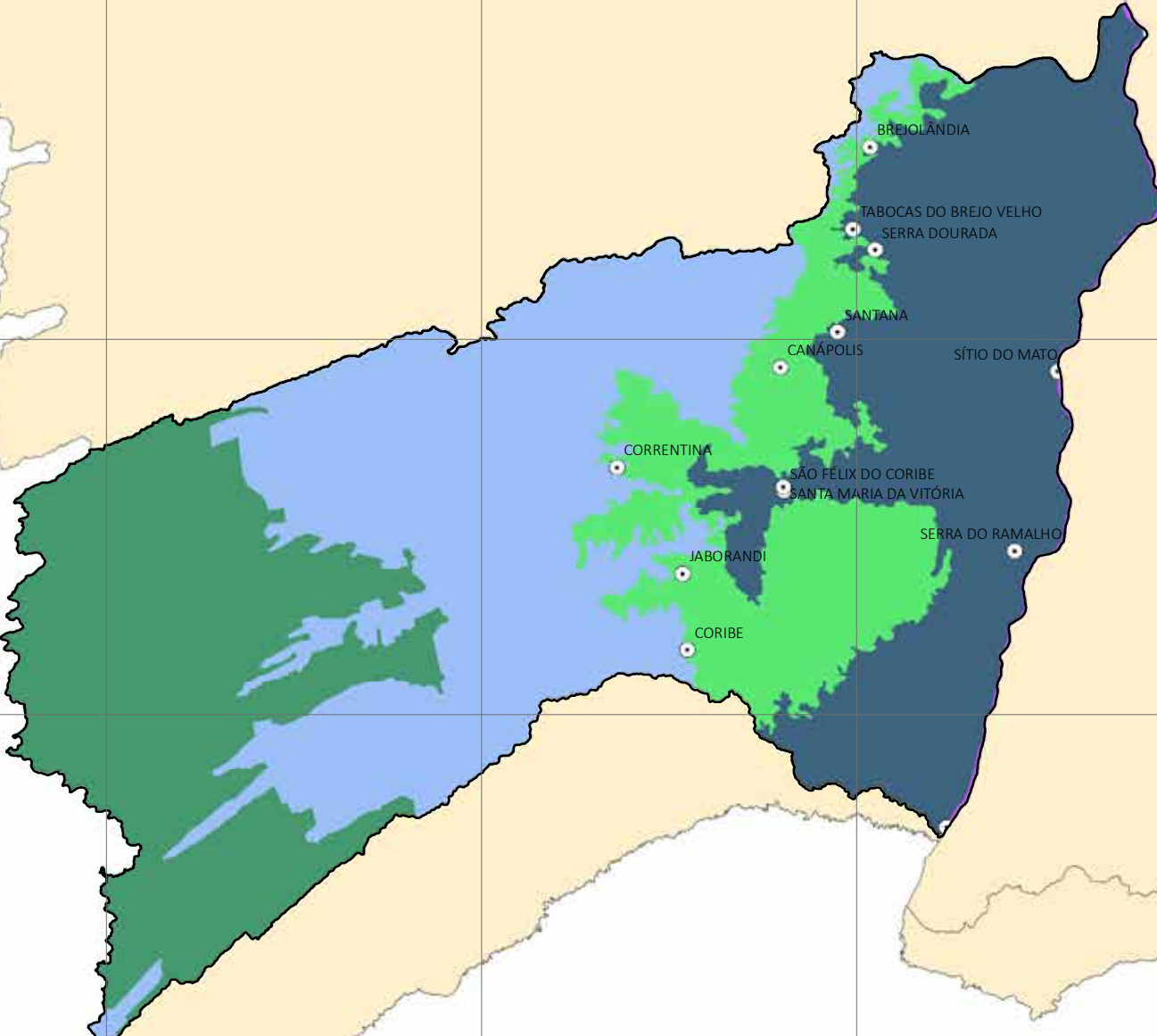
As diretrizes gerais e específicas dessas zonas estão baseadas em resultados e informações produzidos a partir dos estudos de vulnerabilidade natural e social, de qualidade ambiental, das Áreas Relevantes para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, das potencialidades e limitações e dos cenários.

ZONAS-ECOLÓGICO ECONÔMICAS	DESCRIÇÃO	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À RPGA
Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano	Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano com destaque para o turismo e agronegócio. Agricultura de grãos, pecuária, em meio à conservação das Veredas e do Cerrado. Comunidades de fecho de pasto e pescadores.	1.527.517,81	32,30%
Depressão do Médio São Francisco	Depressão do Médio São Francisco em área de Floresta Estacional com produção agrícola de mandioca e outros produtos, agricultura irrigada, fruticultura, pecuária, assentamentos rurais, mineração (terras raras), comunidades quilombolas (Bom Jesus da Lapa, Malhada, Sítio do Mato e Muquém de São Francisco).	1.336.731,51	28,27%
Chapada Ocidental do Oeste Baiano	Chapada Ocidental do Oeste Baiano com produção de grãos e silvicultura, capim elefante, pecuária, bacia leiteira, em área de Cerrado; indústria (Distrito Industrial de Luís Eduardo Magalhães).	1.157.602,63	24,48%
Outras Zonas-Ecológico Econômicas	Representa outras Zonas-ecológico-econômicas com menor expressividade territorial.	707.038,63	14,96%

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) BA -SEMA, 2014.

Para acessar as diretrizes do ZEE, acesse <http://www.zee.ba.gov.br/zee>.

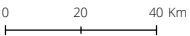
RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Zoneamento Ecológico Econonômico



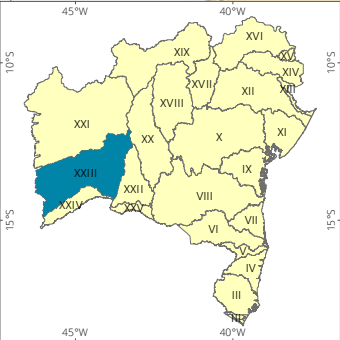
Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- Limites das RPGAs
- Zoneamento Ecológico Económico
- Barragens, Lagos e Lagoas
- Bordas da Chapada do Oeste Baiano
- Chapada Ocidental do Oeste Baiano
- Depressão do Médio São Francisco
- Depressões de Guanambi e Paramirim
- Vales e Chapada Oriental do Oeste Baiano

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012); SEMA (2013)



SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Unidades Geoambientais (ZEE-BAHIA)

As Unidades de Geoambientais - UGAs constituem unidades básicas do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE-BA. As UGAs são espaços territoriais relativamente homogêneos, que possuem estreita relação entre as características físicas e ecológicas de um território, bem como as atividades que neles se desenvolvem. Agrupam um conjunto de estudos sobre geologia, geomorfologia, clima, hidrologia e fitogeografia, além das transformações antrópicas, sobretudo do uso e ocupação dos solos.

A associação do conjunto de características identificadas no território apresenta similaridades e convergências que dão identidade específica às áreas, originando assim grandes domínios morfoestruturais que quando delimitados geograficamente representam as Unidades Geoambientais.

A RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho é composta pelas Unidades Geoambientais apresentadas no quadro:

Quadro 14 - Unidades Geoambientais (UGA's) identificadas na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

UNIDADE GEOAMBIENTAL	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Chapada do Oeste Baiano	1.785.464,4000	37,78%
Depressão do Médio São Francisco	1.256.581,2100	26,59%
Vales nas Chapadas do Oeste Baiano	827.673,2300	17,51%
Serras do Ramalho e Iuiú	282.070,1500	5,97%
Patamar Cárstico	262.613,3400	5,56%
Patamar de Correntina e Coribe	44.185,2100	3,05%
Outras Unidades Geoambientais (Planícies Fluviais / Planície Fluvial do rio São Francisco / Rio São Francisco/ Lago Sobradinho / Serras Alinhadas do Espinhaço)	167.575,7900	3,55%

Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) BA -SEMA, 2014.

UNIDADES DE PAISAGEM

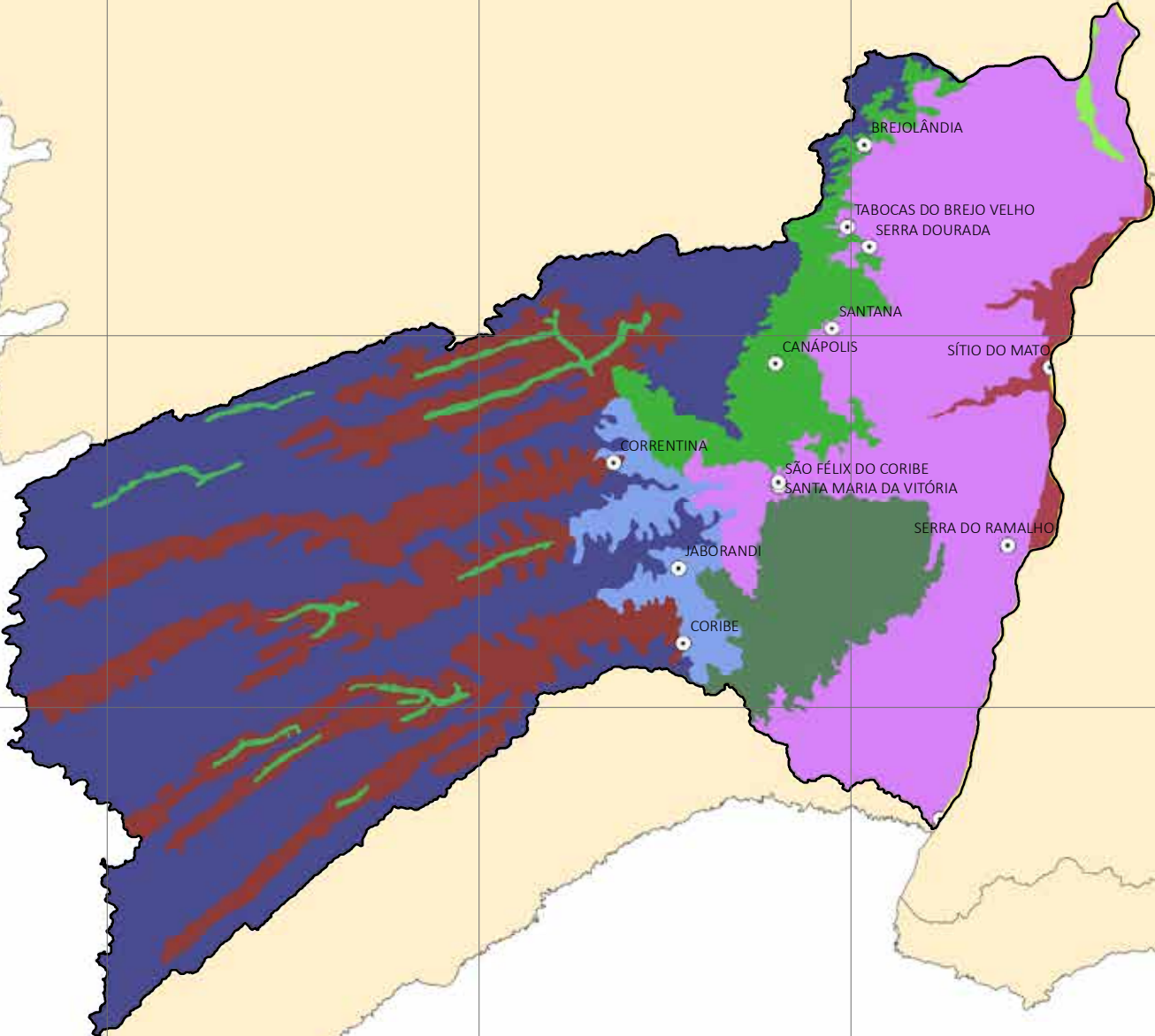
A definição de unidades de paisagem resulta da análise do ambiente natural, englobando os estudos geológicos, geomorfológicos, climáticos, hidrológicos e fitogeográficos; e também das transformações realizadas pelo homem, entendidas como antrópicas, sobretudo o uso e a ocupação dos solos.

As Unidades de Paisagem são elementos que constituem o ZEE-Bahia, representando as menores subdivisões geográficas das zonas ecológicas. Um conjunto de Unidades de Paisagem deriva de Unidades Geoambientais, que são compartimentos superiores representados por domínios morfoestruturais relacionados ao relevo, fatores climáticos, cobertura vegetal, solos ou até mesmo pelo arranjo estrutural e o tipo de litologia ou exclusivamente por um desses elementos.

Para conhecer as Unidades Geoambientais, Unidades de Paisagem e suas características acesso o site oficial do ZEE-Bahia: <http://www.zee.ba.gov.br/zee/>

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho

Unidades Geoambientais

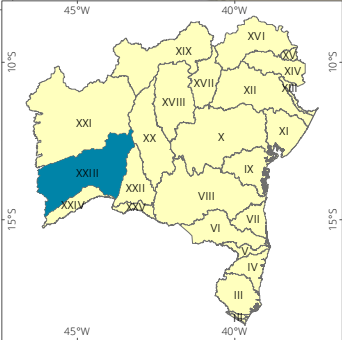


- Convenções Cartográficas
- Sedes Municipais
 - Limites das RPGAs
 - Unidades Geoambientais
 - Chapada do Oeste Baiano
 - Depressão do Médio São Francisco
 - Patamar Cárstico
 - Patamar de Correntina e Coribe
 - Planície Fluvial do rio São Francisco
 - Planícies Fluviais
 - Rio São Francisco/Lago Sobradinho
 - Serras Alinhadas do Espinhaço
 - Serras do Ramalho e Iuiú
 - Vales nas Chapadas do Oeste Baiano

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012); SEMA (2013)

0 25 50 Km

SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Povos e Comunidades Tradicionais e Assentamentos e Reforma Agrária

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Consideram-se comunidades tradicionais identificadas no estado da Bahia: povos indígenas, povos de terreiros, povos ciganos, quilombolas, comunidades de fundos e fechos de pasto, comunidade de pescadores e marisqueiras, de extrativistas e geraizeiros. Os povos e comunidades tradicionais têm grande relação com formas sustentáveis e menos intensivas de usos de recursos e espaços naturais.

Na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho foram identificados 38 assentamentos, totalizando uma área de 250.631,4018 ha, com maior concentração em Sítio do Mato (14), Carinhanha (6) e Coribe (9). São conjuntos de unidades agrícolas independentes entre si, em que trabalhadores que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Os assentamentos representam conquistas dos movimentos de luta pela terra e um avanço em relação à histórica concentração de terras do nosso país.

Quadro 15 - Distribuição de Assentamentos rurais na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE	ÁREA DOS ASSENTAMENTOS (ha)
Sítio do Mato	14	73.832,3799
Carinhanha	9	41789,8831
Coribe	6	37.879,1536
Serra do Ramalho	3	53.186,2958
Muquém de São Francisco	2	5.312,0980
Correntina	1	25.964,4795
Santana	1	6.271,0198
São Felix do Coribe	1	1.520,3724
Serra Dourada	1	4.875,7196
TOTAL	38	250.631,4018

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2014.

Na RPGA do Rio Corrente, foram identificadas 22 comunidades de fundo de pasto, que possuem maior concentração nos municípios de Correntina (13) e Brejolândia (4). São comunidades tradicionais que vivem sob o uso comum da terra desenvolvendo agricultura de subsistência, produção animal, extrativismo, com cultura própria, relações de parentesco e compadrio, situadas nos biomas Caatinga, Cerrado e transição Caatinga-Cerrado. São comunidades eminentemente baianas, reconhecidas pela Constituição do Estado das Bahia de 1989.

Quadro 16 - Distribuição de Fundos e Fechos de pasto na RPGA do Rio Corrente.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Correntina	13
Brejolândia	4
Jaborandi	2
Santa Maria da Vitória	2
Serra Dourada	1

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 2014 / Fundação Cultural Palmares / Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA,2014

Nessa RPGA, há presença de 08 territórios quilombolas, que possuem maior concentração nos municípios de Bom Jesus da Lapa (02) e Carinhanha (02). São grupos étnico raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Quadro 17 - Distribuição de Territórios quilombola na RPGA do Rio Corrente.

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLA
Bom Jesus da Lapa	2
Carinhanha	2
Malhada	1
Muquém do São Francisco	1
Santa Maria da Vitória	1
Sítio do Mato	1
TOTAL	8

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, 2014 / Fundação Cultural Palmares / Coord. de Desenvolvimento Agrário - CDA,2014

Nessa RPGA, também há presença de 04 povos indígenas, com maior concentração no município de Muquém de São Francisco (02). São coletividades de origem pré-colombiana que se distinguem no conjunto da sociedade e entre si, com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e especial relação com a terra que habitam.

Quadro 17 - Distribuição de Territórios indígenas na RPGA do Rio Corrente.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE	GRUPO
Muquém de São Francisco	2	Atikum, Kiriri
Serra do Ramalho	1	Pankararu
Abaré, Curaçá	1	Tucumanduba
TOTAL	04	

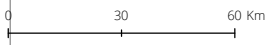
Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 2014.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Assentamentos, Territórios Indígenas, Territórios Quilombolas

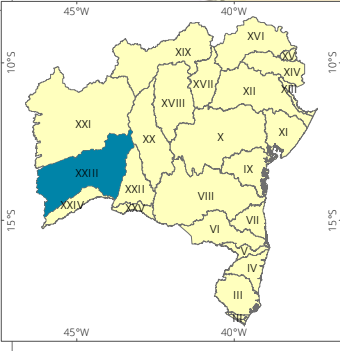


- Sedes Municipais
- Territórios Quilombolas (CDA)
- Territórios Quilombolas (INCRA)
- Territórios Indígenas
- Assentamentos

Fonte: IBGE (2010); MMA (2010); INCRA (2015) INEMA (2012); CDA (2014);



SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Vulnerabilidade Social

O termo Vulnerabilidade Social está relacionado à resiliência de grupos de indivíduos diante de inseguranças e alterações de fatores socioeconômicos. Essa vulnerabilidade torna-se maior ou menor a depender do patrimônio familiar (moradia, trabalho, educação, saúde, entre outros fatores). Assim, são considerados mais vulneráveis aqueles que, diante de perturbações sociais iminentes, possuem baixa capacidade de regeneração e menor tolerância aos impactos causados.

Para classificação da vulnerabilidade, também é levada em consideração a ocorrência de conflitos socioambientais registrados em levantamentos oficiais e estudos realizados por organizações não-governamentais. A compilação dos dados produzidos por essas fontes é apresentada a nível municipal e representa os conflitos por água, terra, degradação ambiental e trabalho análogo à escravidão.

Considerando-se que a Bahia possui grandes disparidades socioeconômicas, é de fundamental importância o conhecimento e a disposição dos fatores de vulnerabilidade social, para que se possa estabelecer mecanismos de planejamento e políticas públicas a fim de, não apenas mitigar problemas sociais e diminuir desigualdades, como também buscar soluções sustentáveis para o desenvolvimento do Estado.

Para determinação da vulnerabilidade social na RPGA, foram considerados três indicadores dimensionais: i) qualidade de vida, com variáveis analíticas de infraestrutura habitacional e de atendimento social; ii) condição de vida, que trata dos aspectos da exclusão social e do sistema social organizado e; iii) condição econômica, relacionada aos aspectos da produção, renda, trabalho, concentração de recursos financeiros.

Conforme os indicadores citados acima, a RPGA do Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho foi classificada da seguinte forma:

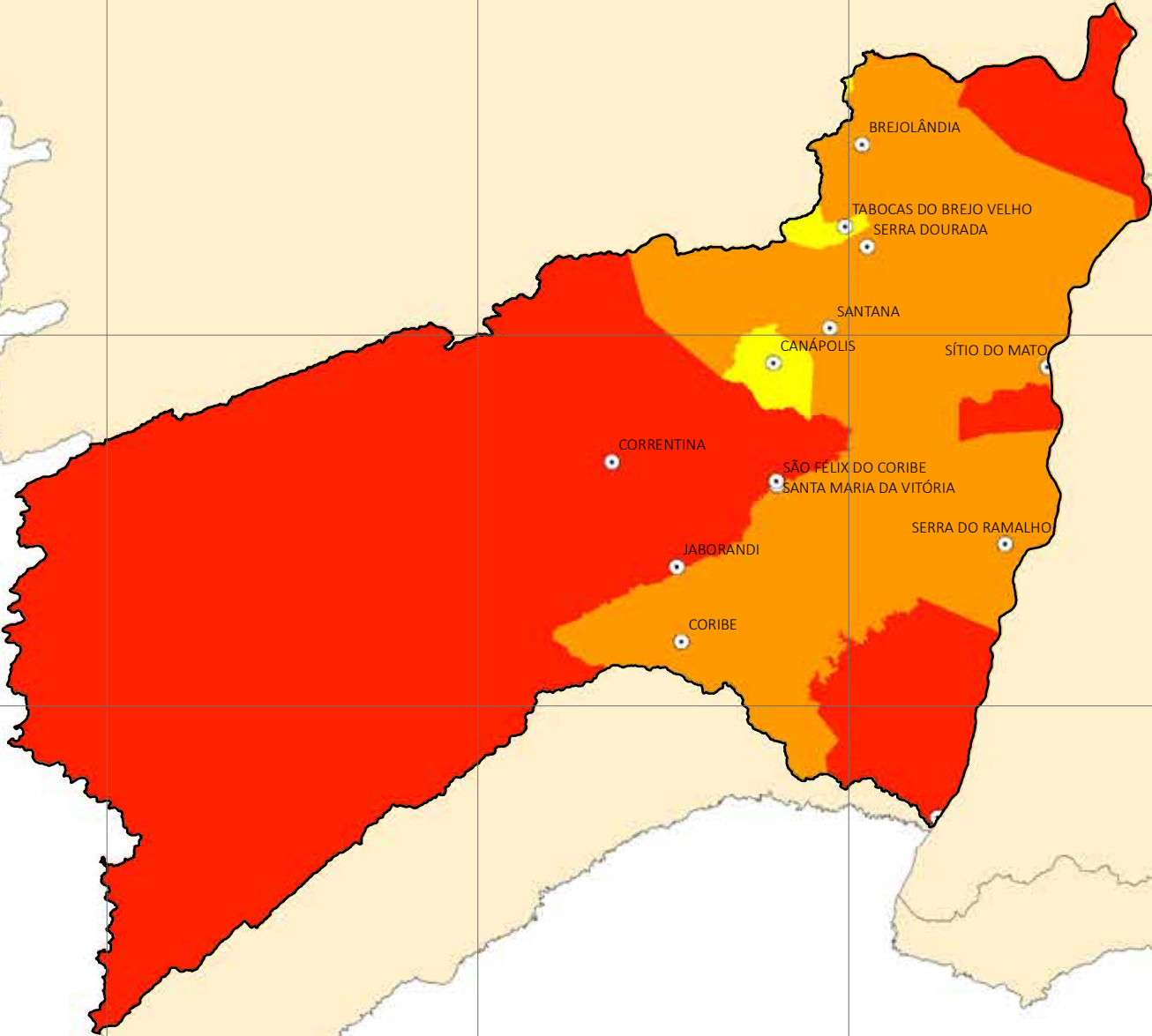
Quadro 17 - Classes de Vulnerabilidade social, registradas na RPGA do Rio de Contas e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

VULNERABILIDADE SOCIAL		
CLASSE REGISTRADA	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Muito Alta	3.128.070,0700	66,19%
Alta	1.531.898,9700	32,41%
Média	66.194,2800	1,40%
Baixa	0,00	0,00%
Muito Baixa	0,00	0,00%

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia - SEMA, 2015.

A RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho teve a maior parte de sua área (66,19%) classificada com Vulnerabilidade social Muito Alta. Outra parcela significativa (32,41%) com Vulnerabilidade Alta.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Vulnerabilidade Social

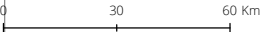


Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- ▭ Limites das RPGAs
- Vulnerabilidade Social
 - Muito Alta
 - Alta
 - Média

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012); SEMA (2015)

SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade

Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade-APCB são áreas consideradas estratégicas para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade. Para definir essas áreas como prioritárias é necessária a identificação de: a) metas, que consistem na extensão ou proporção das áreas de ocorrência de uma espécie, ecossistema ou serviço ecossistêmico, que devem ser protegidos; e b) alvos para conservação, que se referem ao conjunto de atributos da área de interesse que devem ser protegidos (presença de espécies ameaçadas de extinção, povos e comunidades tradicionais, serviços ambientais e hidrológicos relevantes, entre outros).

O processo para identificação, mapeamento e avaliação de áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade no Estado da Bahia foi realizado entre os anos de 2014 e 2015 pela SEMA, em parceria com o World Wide Fund for Nature – WWF, através de diversas etapas, incluindo consultas públicas, análises e discussões com a participação de especialistas.

As áreas mapeadas foram classificadas em diferentes níveis de prioridade para ações de: Criação de unidades de conservação, Cota de reserva ambiental, Proteção aos recursos hídricos, Restauração e estabelecimento de corredores, Ordenamento pesqueiro e Fomento a atividades econômicas tradicionais sustentáveis.

Na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho, foram identificadas 21 áreas como prioritárias para conservação, totalizando 36,39% de sua área total, equivalente a 1.719.631,8570ha. A tabela abaixo representa as áreas prioritárias mais importantes da região:

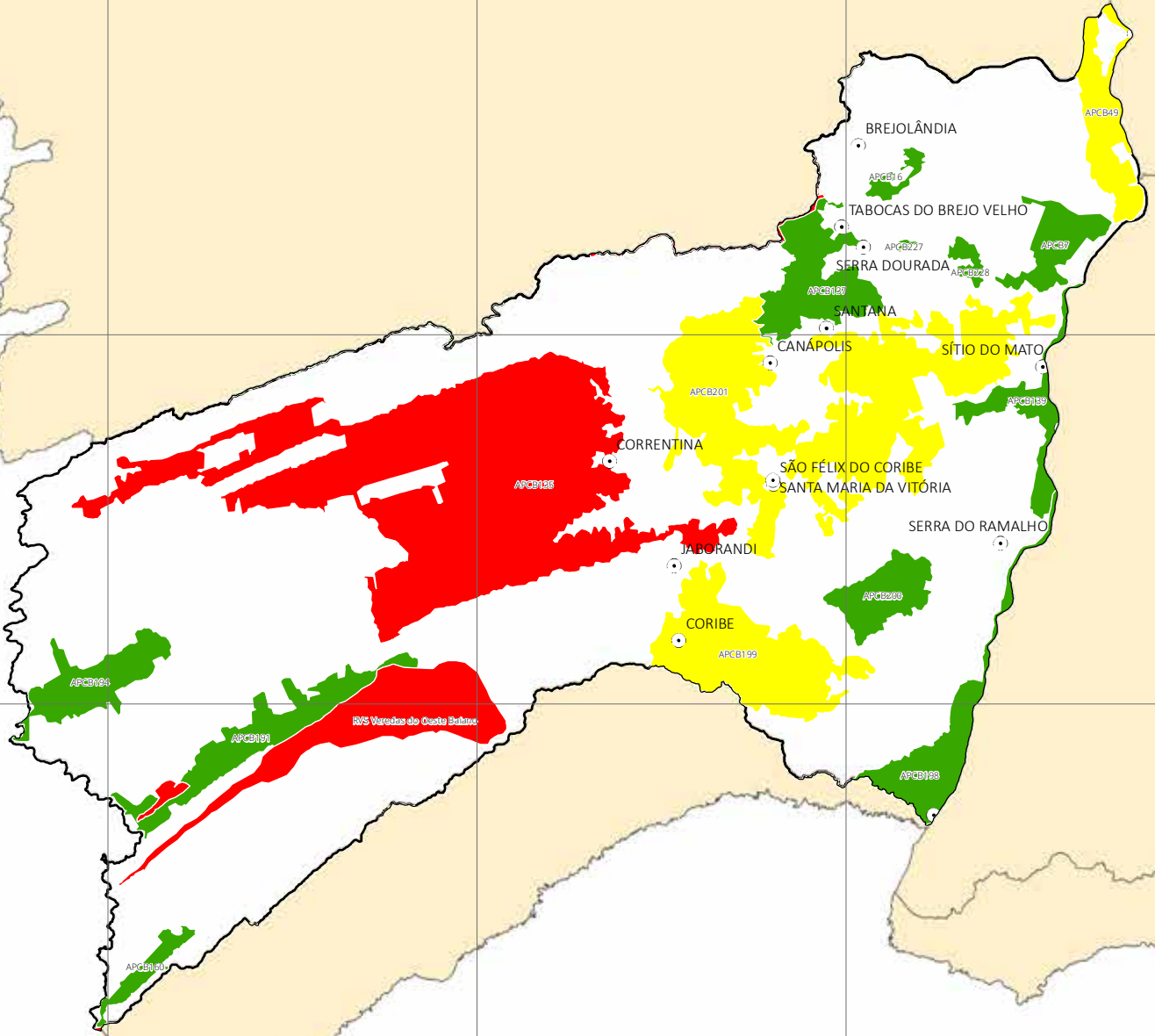
Quadro 18 - Áreas prioritárias para conservação na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho

Nome da Área Prioritária	Prioridade	Proteção aos Recursos Hídricos	Criação de Unidades de Conservação	Restauração de Corredores Ecológicos	Cota de Reserva Ambiental	Fomento ao Uso Sustentável	Fortalecimento de Unidades de Conservação
APCB7	Alta						
APCB16	Alta						
APCB26	Alta						
APCB49	Muito alta						
APCB135	Extrema						
APCB136	Extrema						
APCB137	Alta						
APCB139	Alta						
APCB160	Alta						
APCB178	Muito alta						
APCB191	Alta						
APCB194	Alta						
APCB198	Alta						
APCB199	Muito alta						



Fonte: World Wide Found for Nature – WWF e Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA), 2015.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade



Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- Limites das RPGAs

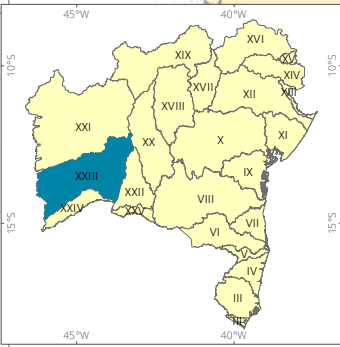
Categoria da Área Prioritária

- Extrema
- Muito alta
- Alta

Fonte: IBGE (2010) INEMA (2012); SEMA (2015)



SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Unidades de Conservação e Áreas com Atributos Ambientais Protegidos

Segundo a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, entende-se por unidade de conservação o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Refere-se às áreas protegidas por lei e outras áreas que se deseja preservar por serem regiões importantes na prestação de serviços ecossistêmicos e/ou manutenção de memórias geológicas e antrópicas históricas.

Na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho, está inserido o Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano, uma importante unidade de conservação federal. Nesta RPGA, também se concentra uma expressiva quantidade de cavernas (229) e sítios Arqueológicos (17) estudados no Estado da Bahia.

Quadro 19. Unidades de Conservação e RPPN's

NOME	TIPO	CLASSIFICAÇÃO	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano	Unidade de Conservação Federal	Proteção Integral	128.048,9880	2,71%
TOTAL			128.048,99	2,71%

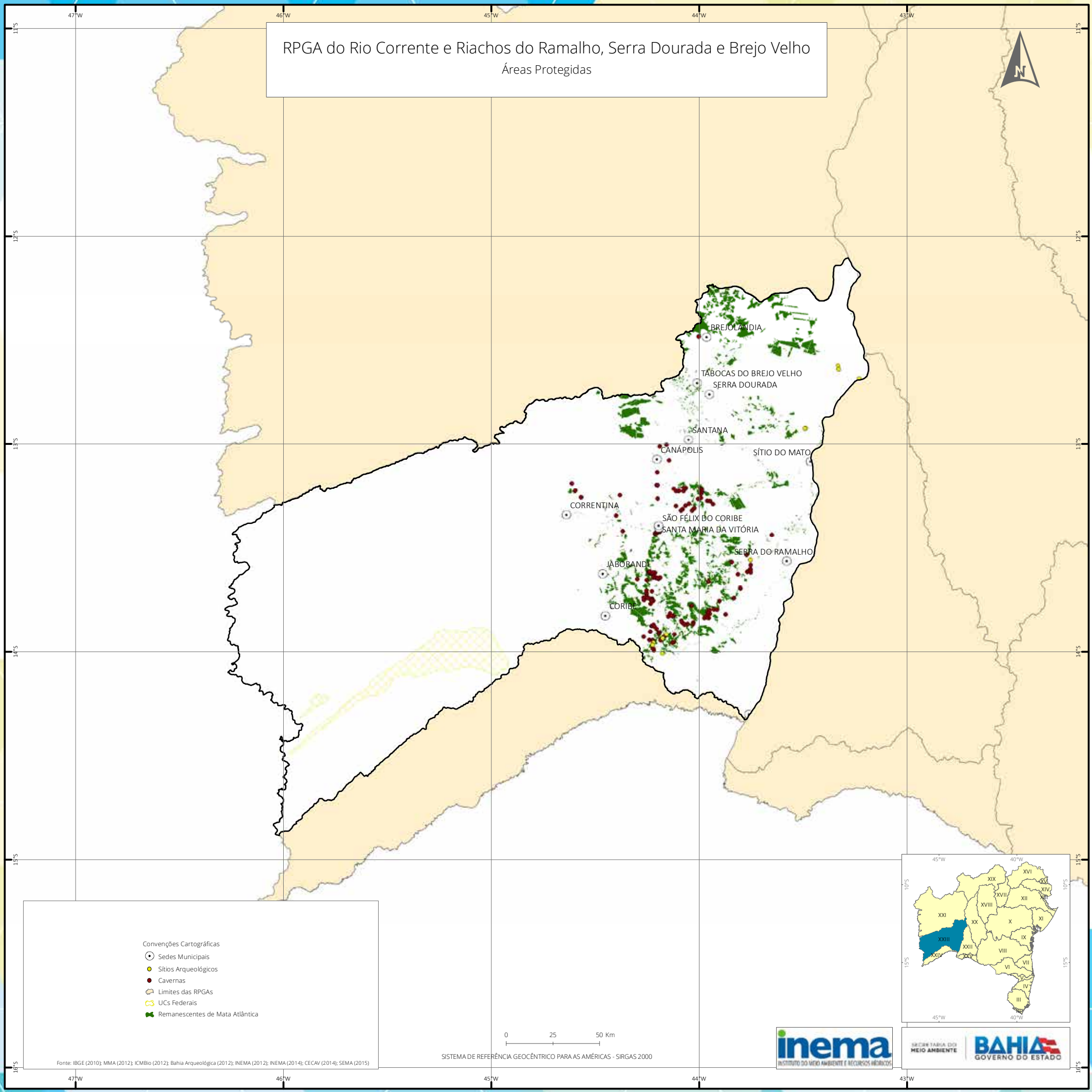
Quadro 20. Cavernas

MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Brejolândia	02
Canápolis	09
Carinhanha	19
Coribe	59
Correntina	02
Feira da Mata	39
Jaborandi	01
Santa Maria da Vitória	22
Santana	14
São Félix de Coribe	46
Serra de Ramalho	16
TOTAL	229

Quadro 21. Sítios Arqueológicos

MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Feira da Mata	4
Muquém do São Francisco	7
Serra do Ramalho	1
Sítio do Mato	5
Total	17

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Áreas Protegidas



- Convenções Cartográficas
- Sedes Municipais
 - Sítios Arqueológicos
 - Cavernas
 - Limites das RPGAs
 - UCs Federais
 - Remanescentes de Mata Atlântica

Fonte: IBGE (2010); MMA (2012); ICMBio (2012); Bahia Arqueológica (2012); INEMA (2012); INEMA (2014); CECAV (2014); SEMA (2015)

SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Vulnerabilidade Ambiental

A vulnerabilidade ambiental representa o grau de sensibilidade do meio ambiente frente aos impactos naturais ou causados pelas atividades humanas. Essa variação de sensibilidade está relacionada à sua resiliência e resistência, após alterações intensas.

Nesse sentido, as áreas de maior vulnerabilidade tendem a sofrer os impactos de forma mais drástica do que ambientes menos vulneráveis. Por exemplo, uma área sujeita à erosão (com alta declividade, solo sem vegetação e de fácil fragmentação) tem menor resistência à degradação, devendo ser sujeita a medidas de controle muito maiores que áreas mais resistentes (com baixa declividade e cobertura vegetal). Por outro lado, um município com baixa cobertura de saneamento básico e infraestrutura de saúde deficiente, terá maior dificuldade frente a epidemias e catástrofes ambientais do que municípios melhor aparelhados.

Identificar as áreas com menor e maior vulnerabilidade ambiental é fundamental para embasar o planejamento territorial, e definir diretrizes para conservação de áreas estratégicas na RPGA.

A vulnerabilidade ambiental na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho foi classificada da seguinte forma:

Quadro 22 - Classes de Vulnerabilidade ambiental, registradas na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

CLASSE	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Muito Alto	143.073,1600	3,12%
Alto	547.414,0100	11,94%
Médio	834.639,6400	18,21%
Baixo	662.852,8600	14,46%
Muito Baixo	2.538.168,8700	55,38%

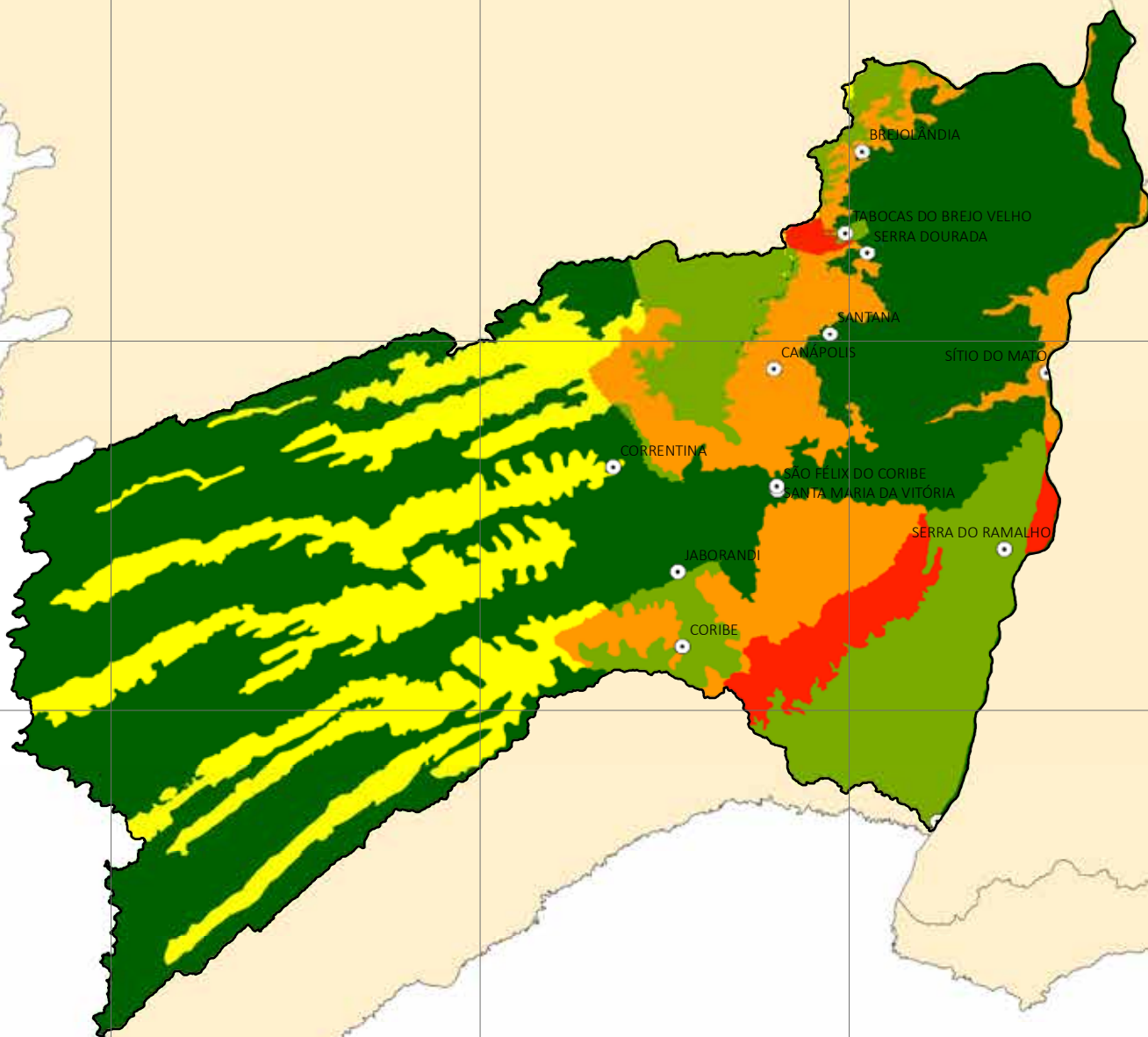
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA), 2015

Na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho, o que definiu a classificação de áreas com vulnerabilidade ambiental alta e muito alta foi, principalmente, a ocorrência de áreas com maior vulnerabilidade à erosão do solo, pois os impactos ambientais decorrentes de processos erosivos podem afetar tanto a fauna e flora, quanto os rios, lagoas e lagos da região.

A vulnerabilidade dos recursos hídricos superficiais (rios, lagos, lagoas, nascentes, açudes e barragens) à seca e estiagem também conferiu maior vulnerabilidade ambiental à RPGA, pois o recurso hídrico é fundamental para a manutenção dos ecossistemas.

Levando em consideração a perda de vegetação natural e consequente redução de habitats, outro aspecto que elevou o grau de vulnerabilidade ambiental da RPGA, foi o índice de fragmentação de habitats. Quanto maior o índice de fragmentação, maior é a vulnerabilidade e possibilidade de perda de habitats e qualidade ambiental.

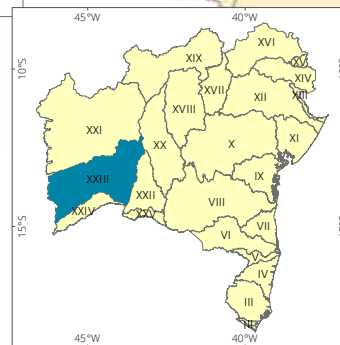
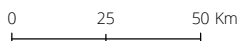
RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Vulnerabilidade Ambiental



- Sedes Municipais
- Sedes Municipais
 - Limites das RPGAs
- Classe da Vulnerabilidade
- Muito Alto
 - Alto
 - Médio
 - Baixo
 - Muito Baixo

Fonte: IBGE (2010); INEMA (2012); SEMA (2015)

SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000



Relevância Ambiental

A relevância ambiental é representada pelo grau de importância dos atributos ambientais existentes no meio que se deseja preservar e/ou conservar, incluindo atributos físicos e biológicos, definidos pela sua insubstituibilidade e funções ecológicas importantes, principalmente relacionados com a resiliência do ecossistema.

A insubstituibilidade está relacionada a valores ecológicos, culturais e estéticos que não podem ser substituídos, a exemplo, de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, bem como o valor cultural presente nos povos e comunidades tradicionais, caso não sejam preservados. O papel ecológico corresponde à importância que o atributo ambiental tem na manutenção e recomposição natural de um ecossistema, como por exemplo, as matas ciliares que protegem os recursos hídricos e os solos nas margens de rios, lagoas e nascentes.

Identificar as áreas com menor e maior relevância ambiental é fundamental para embasar o planejamento territorial e definir diretrizes para conservação de áreas estratégicas de uma RPGA.

A relevância ambiental na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho foi classificada da seguinte forma:

Quadro 24. Classes da Relevância ambiental registradas na RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho.

CLASSE	ÁREA (ha)	% EM RELAÇÃO À ÁREA DA RPGA
Muito Alto	45.700,7200	0,97%
Alto	431.721,8800	9,13%
Médio	1.191.050,3400	25,20%
Baixo	892.685,4200	18,89%
Muito Baixo	2.164.890,9400	45,81%

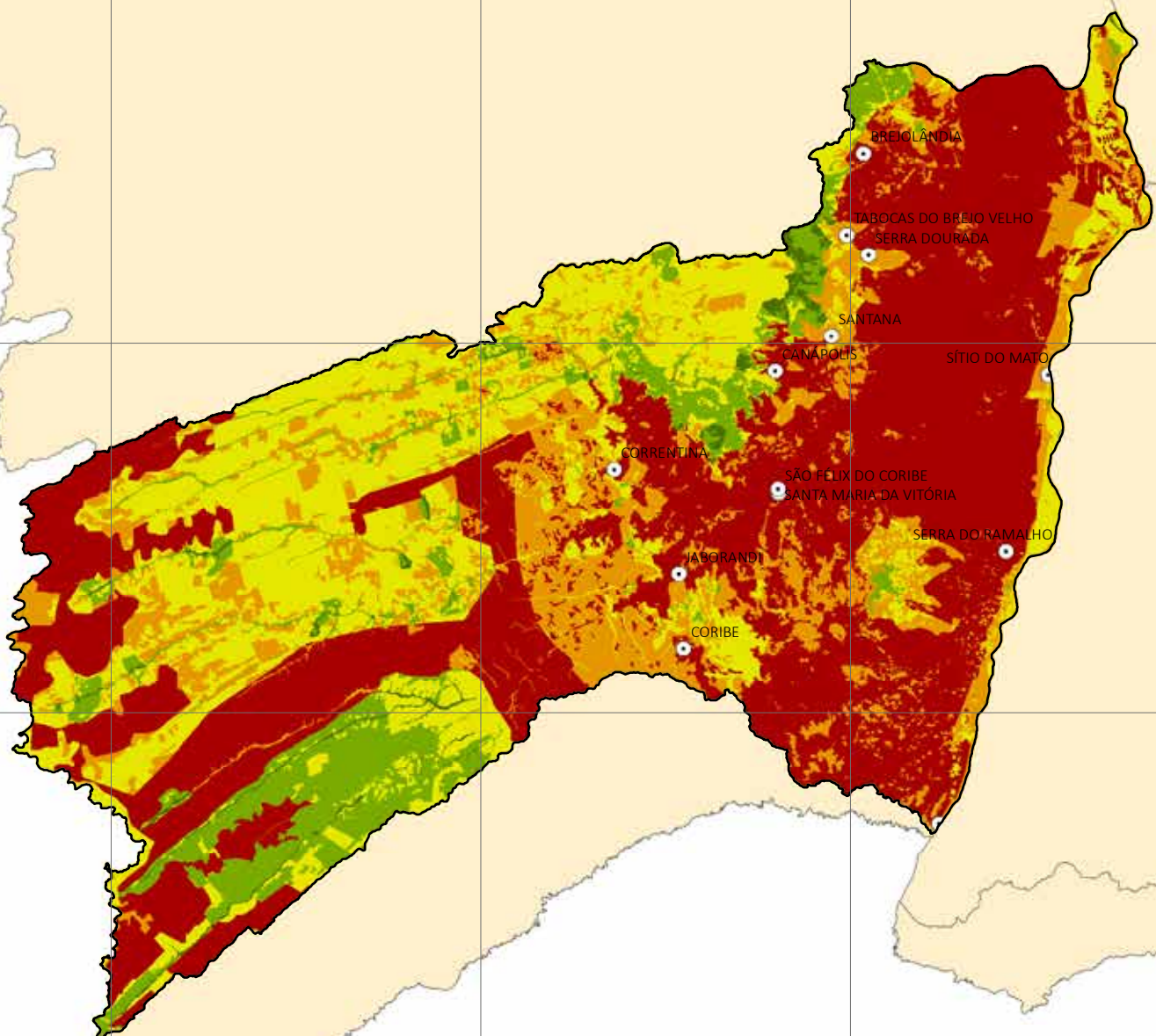
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA), 2015

O que definiu a classificação de áreas com alta e muito alta relevância ambiental foi a presença de Áreas úmidas, Campos Rupestres e Áreas de Transição de Ecossistemas, por se tratarem de áreas especiais que apresentam alta biodiversidade e ocorrência de fauna e flora característica, geralmente ameaçados de extinção.

Áreas úmidas têm funções ecológicas muito importantes (regulação do fluxo de água, microclima, nichos de reprodução, dessedentação e alimentação).

Outros fatores preponderantes para elevação da relevância ambiental da RPGA foram: a ocorrência de Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, e áreas com presença de Geoparques ou Sítios Arqueológicos e Paleontológicos e densidade de rios e afluentes na RPGA.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho
Relevância Ambiental



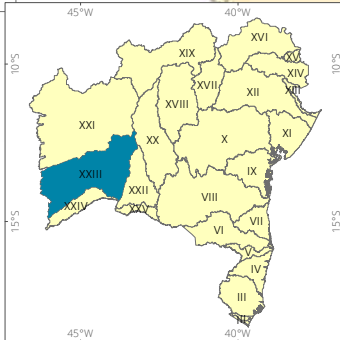
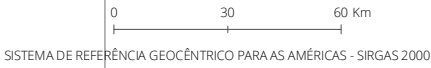
Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- Limites das RPGAs

Classe de Relevância Ambiental

- Muito Alta
- Alta
- Média
- Baixa
- Muito Baixa

Fonte: IBGE (2010) INEMA (2012); SEMA (2015)



Referências

ANA. **Atlas Brasil**. Abastecimento Urbano de Água. Brasília: ANA, 2010. Disponível em: <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/Home.aspx>. Acesso em set. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6502**. Rochas e Solos. Rio de Janeiro, 1995.

BAHIA. **Lei nº 6.855 de 12 de maio de 1995**. Dispõe sobre a Política, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Bahia, 13 e 14 mai. 1995.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Fitofisionomias e uso do solo**. Bahia, 1998. (Não publicado)

BAHIA. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Mapeamento de solos da Bahia**. Bahia, 2006. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/publique/media/geodiversidade_bahia.pdf> Acesso em Nov. 2016.

BAHIA. **Decreto nº 11.244 de 17 de outubro de 2008**. Cria o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente - CBHC e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, BA, 18 e 19 out. 2008.

BAHIA. **Minuta de resolução nº 40 de 08 de outubro de 2008**. Aprova a formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente. Diário Oficial do Estado, BA, 09 out. 2008.

BAHIA. Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH. **Resolução CONERH Nº 43 de 02 de março de 2009**. Institui a Divisão Hidrográfica Estadual em Regiões de Planejamento e Gestão das Águas. Diário Oficial Do Estado, BA, 03 mar. 2009.

BAHIA. **Lei nº 11.612 de 08 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, BA, 11 out. 2009.

BAHIA. Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI. **Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais/Bahia**, 84p- Salvador, 2012.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Balanço hídrico para a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos**. Bahia, 2012. (Não publicado)

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. **Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e da Biodiversidade da Bahia**. 2015. Disponível em: <http://paisagem.wwf.org.br/projeto.php?id=16>

BAHIA. Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. **Zoneamento Ecológico Econômico do Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.zee.ba.gov.br/zee>. Acesso em out. 2016

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **RPGA**. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/rpgas/>

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Inventário de Açudes e Barragens**. INEMA, 2015. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/barragensreservatorios/>

BAHIA. Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia. **Barragens - Construção, Operação e Manutenção**. Disponível em <http://www.cerb.ba.gov.br/atividades>. Acesso: jun 2016.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Principais açudes e barragens do Estado da Bahia**. (Não publicado)

BRASILIA. **Lei nº 9.433/97 de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990. Diário Oficial da União, DF, 09 jan. 1997.

BRASILIA. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso: out de 2016.

BRASILIA. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm> Acesso em out 2016.

BRASILIA. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

BRASILIA. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** Organização Internacional do Trabalho – OIT, 1 v. Brasília, 2011.

FILIPPE, C.H.O. **Fisionomias Vegetais da Mata Atlântica.** Online. 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/fisionomias-vegetais-da-mata-atlantica>> Acesso em out. 2016.

IBGE. 2012. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. **Série Manuais Técnicos em Geociências 1**, 2ed. revista e ampliada. IBGE, Rio de Janeiro.

INCRA. Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>; Acesso em out 2016

ORMOND, J.G.P. Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências. Rio de Janeiro: **BNDES**, 2006. 316 p.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Principais açudes e barragens do Estado da Bahia.** (Não publicado)

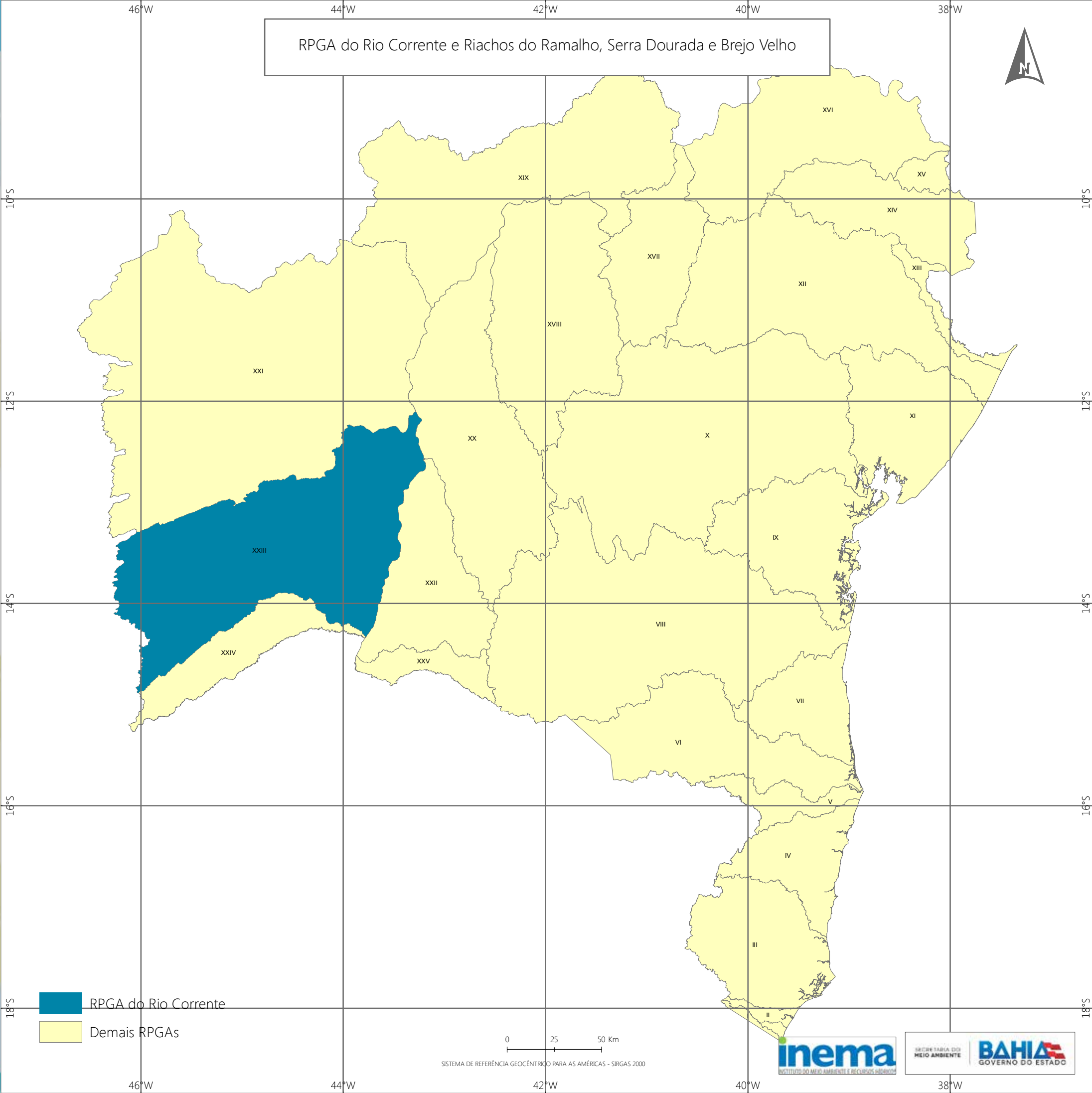
BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Inventário de açudes e barragens do Estado da Bahia. Bahia, 2015. disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/barragensreservatorios/>>

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Balanço hídrico para a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos.** Bahia, 2012. (Não publicado)

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Fitofisionomias e uso do solo.** Bahia, 1998. (Não publicado)

BAHIA. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Mapeamento de solos da Bahia.** Bahia, 2006.

RPGA do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho



- RPGA do Rio Corrente
- Demais RPGAs

0 25 50 Km
SISTEMA DE REFERÊNCIA GEOCÊNTRICO PARA AS AMÉRICAS - SIRGAS 2000





PROGRAMA
CERRADO
BAHIA



SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

